

Universidade de Coimbra
Faculdade de Ciências e Tecnologias



**Pensar e construir habitação:
O contexto do realojamento social na cidade do
Mindelo**

Bertânia do Rosário Timas Almeida

Dissertação de Mestrado em Arquitectura, sob orientação científica do Professor Doutor
José António Bandeirinha

Coimbra, 14 de Agosto de 2009

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor José António Bandeirinha quero expressar a minha gratidão pela orientação científica, os comentários e sugestões, pela atenção e disponibilidade.

Agradeço aos meus pais e irmãos, em especial ao Deritson pela ajuda na recolha de informações.

Ao Max Rúben, pela amizade e por ter contribuído também na recolha de dados na ilha de São Vicente.

Desejo exprimir a minha profunda gratidão à D. Isabel, pelos documentos, informações e conversas que tanto ajudaram na elaboração deste projecto.

Quero agradecer também ao Arquitecto Nuno Marques, ao Eng.º Manuel Inocência e ao Eng.º Manuel Ribeiro por todo o apoio prestado.

Ao Pastor Fernando Fortes e esposa Teresa que apesar das dificuldades, mostraram toda a sua disponibilidade em ajudar e reunir o material necessário para este trabalho.

Agradeço também aos meus amigos, sem distinção, e finalmente ao Carlos Elias pela paciência, carinho e grande apoio prestado durante esta caminhada.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	7
Introdução	9
I – Habitação e cidade	17
1. Enquadramento global	19
II – Habitação em Mindelo	29
1. A cidade do Mindelo	31
1.1. Contextualização	31
1.2. Caracterização urbana	37
1.3. A problemática da habitação – dados para a sua compreensão	45
1.4. Caracterização do sector habitacional e construtivo	53
III – Realojamento social em Mindelo	69
1. Do bairro informal ao realojamento social	71
1.1. “Bairro de Cuxin” – localização e caracterização	75
2. Das causas aos efeitos	79
Conclusão	89
Bibliografia	95
Anexos	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 Arquipélago de Cabo Verde	30
Figura n.º 2 Ilha de São Vicente	30
Figura n.º 3 Projecção da População de São Vicente entre 1990 e 2009	32
Figura n.º 4 Evolução da população urbana em São Vicente de 2000 a 2009	32
Figura n.º 5 Plano de urbanização do Mindelo (1838)	36
Figura n.º 6 Planta da cidade do Mindelo (1858)	38
Figura n.º 7/8 Planta da cidade do Mindelo (1873)	38
Figura n.º 9/10 Ponte de desembarque do cais da Alfândega	38
Figura n.º 11 Cidade do Mindelo (1958)	40
Figura n.º 12 Vista do centro com a ocupação da encosta	40
Figura n.º 13 Bairro de Chã de Cemitério	40
Figura n.º 14 Planta actual da cidade do Mindelo	42
Figura n.º 15 Bairro da Ribeirinha	56
Figura n.º 16 Número de habitações de realojamento social em São Vicente	64
Figura n.º 17 Cidade do Mindelo / “Bairro de Cuxin”	76
Figura n.º 18/19 “Bairro de Cuxin”	76
Figura n.º 20 Habitação de realojamento - "Bairro de Cuxin"	78
Figura n.º 21 Centro socioprofissional da zona da Ribeira Bote	86
Figura n.º 22 Campo desportivo da Ribeira Bote	86

INTRODUÇÃO

As cidades, desde a sua origem, são caracterizadas pela definição de hierarquias na sociedade. No entanto, sobretudo, a partir da Revolução Industrial, tais características intensificaram-se, permitindo assim o acentuar das desigualdades sociais e de problemas derivados do capitalismo global que constitui as actuais sociedades. Esta disparidade está patente não só na divisão do trabalho como também na própria morfologia urbana. A medida que as cidades se expandiam e as suas populações se diversificando, foram-se constituindo: a) num extremo, a concentração dos sectores especializados e de pessoas com mais recursos económicos, em áreas com maiores condições em termos residenciais e de equipamentos; b) noutra extremo, resultante da expansão periférica, a criação de áreas residenciais isoladas, que promovem não só a extensão dos espaços de segregação como também o afastamento progressivo em relação aos pólos de emprego. Desde então, o ritmo de urbanização, entendida como a concentração da população nas cidades, regista-se por um crescimento acelerado e com efeitos significativos nas populações urbanas. Um desses efeitos caracteriza-se pela origem e crescimento de grandes aglomerados espontâneos que se concentram principalmente nas áreas periféricas das cidades. Esta concentração tem atingido muitos países onde as taxas de urbanização têm ganho proporções consideráveis, nomeadamente na América Latina ou nos países do continente africano.

A sobrelotação demográfica das cidades, para além de implicar um grande consumo de espaço e de recursos, trouxe consigo uma série de constrangimentos. Esta situação atingiu muitos países do mundo inclusive o continente africano que, face a problemas ligados à pobreza, à escassez das chuvas e às guerras civis, regista-se um grande afluxo de pessoas, dos meios rurais em direcção aos centros urbanos. Grande parte dessas populações acaba por se instalar em zonas suburbanas de modo particular e espontâneo. Tais assentamentos apresentam uma complexidade caracterizada por uma ocupação tida como “ilegal”, construções com fracas condições e escassa qualidade de conforto, carência de infra-estruturas básicas, elevada densidade dos bairros e dos alojamentos, etc.

Semelhantemente ao que acontece nesses países, embora tratando-se de contextos diferentes e com outras dimensões, encontramos em Cabo Verde uma tendencial concentração de população nos dois principais centros urbanos, Praia e Mindelo. Pelos contínuos fluxos migratórios rumo às cidades, conseqüentemente, verifica-se um aumento significativo de construções de carácter espontâneo nas zonas periféricas. Decorrentes do crescimento exponencial da população urbana, e do fenómeno de ocupação espontânea de grandes áreas das cidades, vão surgindo inúmeros problemas urbanísticos e de saneamento básico. Deste aumento do número e dimensões de construções surgem conflitos de alinhamentos e, devido a vários factores de ordem económica e social, grande parte das habitações apresentam níveis muito precários em termos de qualidade e de conforto. Neste sentido, os projectos de promoção pública de habitação que aqui traduzimos por habitação de realojamento social, apresentam-se como uma forma de atenuar os efeitos desses impactos nos contextos urbano e social.

Contudo, a experiência tem resultado em vários problemas ligados ao realojamento que tangem sobretudo aqueles que se encontram nas zonas mais afastadas, especialmente segregadas no espaço urbano. Um desses problemas tem a ver com fenómenos de exclusão social a que estão sujeitos esses conjuntos habitacionais, onde lhes são conotados ideias associadas a bairros violentos e perigosos, o que evidentemente, limita o acesso das pessoas para dentro desses bairros.

É neste quadro que se inscreve o presente trabalho, tendo como principais objectivos: a) desbravar caminho para uma melhor compreensão dos processos que poderão conduzir ao fenómeno das habitações espontâneas e da problemática das intervenções no âmbito do realojamento social; b) conduzir à reflexão sobre as dinâmicas que giram em torno das noções de qualidade de vida em novos espaços de residência. Pretende-se também reflectir sobre os presumíveis efeitos que estas intervenções poderão reproduzir nas esferas social e urbana. Assim, é também nosso objectivo deixar algumas linhas que poderão servir como base para futuros estudos relativamente à questão do realojamento social em Cabo Verde.

Deste modo, estruturou-se o trabalho em três partes. A primeira parte faz um breve enquadramento ao nível da componente teórica no tocante aos aglomerados espontâneos e à problemática do realojamento social. A segunda parte do estudo incide sobre a

análise da cidade do Mindelo, designadamente a sua localização, a sua caracterização geográfica, bem como o seu crescimento urbano. De seguida, é feita uma caracterização do sector habitacional e construtivo da cidade. Finalmente, na terceira parte, propõe-se uma análise no campo do realojamento social, evidenciando o “bairro de Cuxin” na zona da Ribeirinha como caso de estudo.¹ Segue-se uma interpretação final dos resultados na tentativa de retratar o contexto social e espacial das intervenções de realojamento social, bem como retirar um conjunto de ilações sobre os possíveis impactos que poderão ter perante os moradores e nas suas relações com o contexto da cidade.

O trabalho que aqui se apresenta é o resultado de leituras, de recolha e análise de dados existentes em trabalhos empíricos anteriormente realizados sobre a temática em questão. Primeiramente, procedeu-se à recolha, leitura e análise de elementos bibliográficos existentes tanto em Portugal como em Cabo Verde. Através de contactos efectuados com pessoas tanto na cidade do Mindelo, como na Praia, foi possível reunir outros documentos que não se encontram editados mas que se revelaram pertinentes para a elaboração deste trabalho.

Deu-se prioridade a uma metodologia mais qualitativa do que quantitativa, por se considerar ser a melhor que se adaptava aos objectivos do trabalho e pelo facto dos limites impostos à esta pesquisa não permitirem ter acesso a informações mais detalhadas e oficiais na matéria do realojamento social em Mindelo.

Também foi possível obter algumas informações individualmente e por meio de um questionário que contou com a colaboração de uma informante especializada da Câmara Municipal de São Vicente e de alguns moradores do bairro seleccionado. As respostas serviram para complementar e confirmar as análises feitas sobre a temática. Também, esses dados permitiram, ainda que de forma subtil, uma aproximação ao terreno. Encontram-se em anexo as questões colocadas, acompanhadas pelas respectivas respostas. No entanto, é importante frisar dificuldades exercidas por questões burocráticas no sentido de disponibilização de dados e informações oficiais. Por outro lado, destaca-se como um dos limites desta pesquisa o facto de não ter sido possível

¹ Este bairro situa-se numa localidade da Ribeirinha que ganhou a designação popular de “Tchetchénha”.

incluir no seu âmbito metodológico a realização de um trabalho de terreno em Mindelo. Mas fica, de todo o modo, um plano em aberto para futuras realizações neste campo de pesquisa com outras condições e tempo, podendo assim aprofundar as questões aqui levantadas.

I – Habitação e cidade

1. Enquadramento global

Durante o período colonial e alguns anos após as independências das ex-colónias, os estudos relativamente ao continente africano centravam-se basicamente sobre as designadas sociedades rurais. A partir da década de 70, a atenção de sociólogos, antropólogos, demógrafos e outros estudiosos das ciências sociais virou-se para o estudo do fenómeno urbano. Isso ficou a dever-se não ao facto da cidade ser um fenómeno novo em África, pois já existiam cidades no período pré-colonial, mas à complexidade, rapidez do crescimento de cidades africanas, produto do contexto em que emergiram e se consolidaram.² As atenções estavam viradas essencialmente para os grandes assentamentos espontâneos que se tinham aumentado de forma exponencial principalmente após esta década. À medida que se aproximavam as independências e sobretudo após estas, as migrações para as cidades tornam-se cada vez mais em movimentos espontâneos e maciços (Trindade, 2000: 201). Neste caso, as razões de ordem económica, o apelo a cidade e da vida urbana que parecia oferecer melhores perspectivas de vida, a presença de familiares nos primeiros anos após as independências, contam-se entre os principais factores que aceleram as migrações das zonas rurais para as cidades no continente africano (*idem*). Por outro lado, assim como em países da América Latina, existe uma dependência excessiva de cidades que constituem como únicos pólos económicos, determinando assim que o desenvolvimento urbano se faça em torno destas, levando ao seu crescimento absoluto, sem que seja acompanhada por uma oferta de serviços e infra-estruturas (Canotilho, 2008:33). Muitos países vierem a ser confrontados com a impossibilidade económica de levar a cabo qualquer objectivo programático ou de planeamento que pudesse enfrentar os contínuos e incontroláveis fluxos populacionais que chegavam às cidades, densificando-as com extensas aglomerações periféricas de habitações precárias (Bandeirinha, 2007: 24).

² Pires, Maria de Jesus Flaviana – O fenómeno urbano em Cabo Verde: uma aproximação sociológica aos bairros de "habitat espontâneo" da Praia. [Em linha]. [consult. 29 de Julho de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20maria%20jesus%20pires.htm>>

Estas formas de apropriação espontânea do espaço têm-se revelado num dos maiores desafios urbanos e podem ser compreendidas como uma expressão da segregação social patente nas cidades contemporâneas. Os impactos da modernidade que constituíram várias dicotomias (inclusão/ exclusão; centro/ periferia...) têm salientado o quadro das desigualdades sociais e estas, por seu turno, manifestam-se na própria morfologia urbana (Barbosa, 2006: 34). De um lado, a concentração de pessoas com mais recursos económicos em áreas urbanas bem planificadas e com melhores condições em termos de equipamentos e serviços, e do outro, resultante da expansão periférica, a criação de áreas visivelmente carentes em infra-estruturas com construções precárias em termos de conforto, ocupadas por pessoas com fracos recursos económicos. Acompanhadas pela sobrelotação de população e o aumento das vastas áreas de instalações espontâneas, o controlo sobre os aglomerados nas áreas suburbanas têm-se revelado uma das principais preocupações administrativas, bem como uma pertinente questão para análise entre várias perspectivas científicas.

Charles Abrams, um arquitecto americano que durante vários anos estudou a questão fundiária nos Estados Unidos, trabalhou para as Nações Unidas no Sector de Alojamento, Construção e Planeamento, onde foi encarregue de empreender um levantamento da política da habitação e do problema das terras urbanas no mundo. O seu trabalho permitiu-lhe entrar em contacto com problemas que afectavam as grandes aglomerações de habitação espontânea, em contextos urbanos e suburbanos muito distintos, que iam desde Singapura à Nigéria, passando pelas Filipinas, Japão, Bolívia, Venezuela, Jamaica, Índia entre outros países. Permitiu-lhe também, embora se tratasse de situações muito diversas, concluir que a raiz do problema incidia-se na grande afluência de populações às cidades e a escassez de oferta de alojamento com condições adequadas à procura. Esses fenómenos, quase sempre associados a ocupações massivas, compulsivas e incontroláveis de grandes extensões de terras urbanas e suburbanas punham em causa pressupostos adquiridos de utilização e estatuto dos solos urbanos. A propriedade privada, base estruturante de tantos sistemas políticos e administrativos, estava assim posta em causa, à escala mundial por todo o lado onde se eclodissem tais situações de urbanização espontânea (Bandeirinha, 2007: 24-25).

Perante a constatação do insucesso das políticas de repressão ou de inibição das implantações espontâneas ele, então, preconizava a integração dessas formas de

apropriação de terras num quadro de melhoria sucessiva das condições de vida, mesmo que para isso tivessem que recorrer a novas formas de posse e de aluguer dos terrenos (Abrams, 1967: 47-56).

Por seu turno, Turner via esses assentamentos espontâneos não como um problema mas sim como uma solução. Argumentava que só estes tipos de aglomerado de construção evolutiva, tinham a flexibilidade suficiente para se adaptarem à previsível transformação socioeconómica dos habitantes. A medida que as habitações “evoluíam”, os modelos de relacionamento social e cultural das comunidades “evoluíam” também, e moldando-se consoante a capacidade financeira das populações. Igualmente revelador no trabalho de Turner é a convicção, que o processo de auto-ajuda e a participação directa na produção da habitação, no Peru e mais genericamente nos países latino-americanos, assumidas como um problema grave, podiam e deviam ser antes consideradas como uma lição a seguir (Bandeirinha, 2007: 46-47).

As conclusões que podemos tirar deste estudo de Turner são: a) a conclusão de que o que interessa na questão do alojamento não é aquilo que “é”, mas aquilo que “faz” pelas pessoas, o que sugere uma auto-governança da produção habitacional; b) a economia da habitação é um assunto que diz respeito aos recursos pessoais e locais, e que por isso as tecnologias devem estar adequadas ao contexto; c) a autoridade sobre a questão pertence aos próprios interessados. Só os moradores, no contexto do seu bairro, da sua localidade, têm a última palavra acerca do seu espaço, dos seus próprios recursos e investimentos (Turner, 1976: 102-103).

Contudo, apesar deste novo olhar sobre os assentamentos espontâneos e da percepção das vantagens que esse tipo de apropriação sugere perante as populações sob o ponto de vista social e económico, a posição das autoridades locais tanto nos países da América Latina como no resto do mundo, continua se manifestando, de um modo geral, repressora sobre essas implantações que segundo uma lógica de organização espacial e social, são consideradas desviantes o que conseqüentemente as impulsiona para situações de segregação no contexto urbano.

Devido ao progressivo aumento dos assentamentos, e a par com as experiências europeias, nos anos 60, no Sul da América, por exemplo, já haviam iniciado ambiciosos

programas de habitação e realojamento em massa (Canotilho, 2008:49). O realojamento social promovido pelas autoridades locais, aparece, deste modo, como uma forma de resolver ou pelo menos minimizar o impacto desses assentamentos nas cidades, ou em situações mais radicais, de acabar com a “doença” que representam essas instalações. Todavia, no final da década, as intervenções de realojamento social rapidamente se revelaram insuficientes para sustentar as migrações massivas das populações rurais para as suas principais cidades, resultando na proliferação e crescimento dos aglomerados de carácter espontâneo, para além das políticas governamentais de promoção de habitação (*idem*). Por outro lado, dado o insucesso de muitas dessas intervenções, colocaram-se questões sobre a sua eficácia e fiabilidade em responder às reais necessidades e aspirações dos utentes. Neste quadro, novamente, entra Turner que classificava esse tipo de complexo habitacional de promoção pública como detentores de uma rigidez arquitectónica, encerrados enquanto obra concluída, remetendo, deste modo, os moradores para uma extrema dificuldade de transformar os espaços (Bandeirinha, 2007: 46).

Esta visão crítica face ao exercício de projecto é reveladora, por um lado, de uma postura consciente da limitação da arquitectura em incluir múltiplas perspectivas que se julgavam imprescindíveis na solução de novos problemas com os quais se debatiam o tema da habitação, e por outro lado, sobressai a tentativa de criação de um outro impulso metodológico (até pela abertura do processo de projecto aos vários campos e saberes das ciências sociais) em que se acreditava que só assim, se lograria adequar o projecto arquitectónico aos reais anseios dos seus utilizadores. Isto seria possível através, tanto da ingerência das comunidades nas fases decisórias do projecto, como pela utilização de soluções que expressassem abertamente as especificidades socio-culturais dos seus moradores (Canotilho, 2008:47-48; Bandeirinha, 2007:23).

Um pouco por todo o mundo, sobretudo na América Latina onde as migrações rurais para as cidades iam ganhando grande intensidade, foram surgindo outras propostas e estudos em torno dos assentamentos espontâneos de personalidades ligadas tanto à Arquitectura como às ciências sociais.

As migrações internas assumem, portanto, um papel crucial no crescimento urbano. Mindelo, cidade onde centramos o nosso estudo, resultou igualmente de uma grande

afluência de populações vindas dos meios rurais para o centro. Se no passado elevadas taxas de mortalidade, fomes e emigração contribuíam para equilibrar o binómio população-recursos internos, actualmente a queda das taxas de mortalidade e as taxas de fertilidade ainda elevadas aliadas à redução das oportunidades de emigração devida a restrições nos países de destino fazem aumentar a pressão sobre a base dos recursos internos, tornando frágil aquele binómio. Essa destituída base de recursos naturais, limitando as oportunidades no sector agrícola e no sector industrial, por conseguinte, eleva os níveis de desemprego. O baixo potencial agrícola do país resulta numa elevada migração rural para as áreas urbanas, nomeadamente para as cidades do Mindelo e da Praia.³ São nas periferias das cidades que grande parte destas populações se instala, sobre um processo, na maioria das vezes, de carácter espontâneo.

Com a independência nacional e como consequência de uma série de factores conjunturais, os principais centros urbanos viram muito aumentada a sua população, sem que isso tivesse sido acompanhado pelo correspondente crescimento de infra-estruturas e serviços. Apesar das alterações e reajustamentos que se têm verificado nas áreas urbanas, elas, contudo, não têm eliminado o carácter segregador que caracteriza estes espaços como duais. Um caso particular refere-se às políticas de promoção pública de habitação que sob uma lógica de ordenamento espacial, criam as designadas habitações sociais como forma de minimizar o impacto das construções espontâneas.

É na cidade do Mindelo que iremos incidir a nossa abordagem, começando por perceber, de forma sintetizada, o processo de expansão da cidade, e de seguida, confrontar a temática do realojamento social.

³ Pires, Maria de Jesus Flaviana – O fenómeno urbano em Cabo Verde: uma aproximação sociológica aos bairros de "habitat espontâneo" da Praia. [Em linha]. [consult. 29 de Julho de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20maria%20jesus%20pires.htm>>

II – A habitação em Mindelo

1. A cidade do Mindelo

1.1. Contextualização

A Oeste da costa ocidental do continente africano encontra-se a ilha de São Vicente, uma das dez ilhas do arquipélago de Cabo Verde, sensivelmente entre os paralelos 15° e 17° de latitude norte. Tem uma superfície de 227 km² e está localizada no grupo do Barlavento, a noroeste do arquipélago. O clima é tropical seco, rondando os 24°C de temperatura média do ar. Há duas estações: de Novembro a Julho decorre a estação seca soprando os ventos alísios; de Agosto a Outubro é a estação húmida, embora a precipitação seja na realidade baixa.

Foram várias as tentativas de povoamento de São Vicente, ainda em tempos do domínio colonial português sobre o arquipélago. Mas o futuro da ilha só viria a ser traçado em 1838, perante o interesse de uma companhia inglesa que escolheu o Porto natural de São Vicente para a instalação de um depósito de carvão de modo a servir de abastecimento aos navios a vapor em trânsito, que navegavam pelo Oceano Atlântico. Em 1850 já se tinham estabelecido em Mindelo cinco companhias de carvão, que depois fundiram-se numa única. A companhia Cory Brothers & Co, estabelecida em 1875, viria a incrementar o povoamento da ilha atraindo e empregando pessoas das outras ilhas, em especial de Santo Antão e de São Nicolau. A actividade do Porto viria alcançar seu ponto mais alto em 1889, ano em que se registou a entrada de 1.927 navios mercantis de longo curso. Depois dessa altura, o declínio da actividade tornou-se evidente. Num processo relativamente lento, o Porto Grande deixou de poder competir com os portos vizinhos de Las Palmas e Dakar.⁴

Contudo a recente remodelação do Porto Grande do Mindelo, de certo modo, veio dar à ilha de São Vicente uma perspectiva de desenvolvimento económico. Trouxe um certo

⁴ Sobre o povoamento e desenvolvimento da cidade do Mindelo ver República de Cabo Verde, 1984; Ainda a página electrónica da Câmara Municipal de São Vicente. [Em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em http://www.cmsv.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26&limit=1&limitstart=1

Ano	1990	2000	2005	2009
São Vicente	51277	67511	74031	79681

Figura n.º 3 Projecção da População de São Vicente entre 1990 e 2009
(Fonte: <http://www.ine.cv>; <http://www.citypopulation.de/CapeVerde.html>)

Ano	Mindelo	%	Total São Vicente	%
2000	63315	93,78	67511	100,00
2009	76650	96,20	79681	100,00

Figura n.º 4 Evolução da população urbana em São Vicente de 2000 a 2009
(Fonte: <http://www.ine.cv>; <http://www.citypopulation.de/CapeVerde.html>)

dinamismo ao comércio, aos serviços prestados à navegação marítima, à reparação de navios e ao abastecimento de combustível, constituindo assim, as bases da economia da ilha, para além da pesca e do turismo. Apesar dos condicionalismos contemporâneos do capitalismo global, o Porto de Mindelo mantém a sua importância nas rotas marítimas através do Atlântico permitindo uma dinâmica articulação entre as ilhas e com o exterior, facilitando, deste modo, o desenvolvimento da indústria ligeira em São Vicente.

Mindelo é o centro de maior atracção da ilha de São Vicente, e a segunda maior cidade do país, a seguir à capital situada na Ilha de Santiago, a cidade da Praia. A ilha de São Vicente é a segunda ilha mais populosa de Cabo Verde e a cidade do Mindelo concentra a grande maioria da população da ilha, actualmente com cerca de 79.681 habitantes.

Os valores revelados na Fig.4 indicam a forte concentração populacional da cidade do Mindelo, justificando uma elevada taxa de urbanização, superior a 97% e com uma densidade populacional de 295,9 habitantes por Km².⁵

Existem perto de 16 mil agregados familiares residentes em São Vicente, com uma média de 4 pessoas por agregado, ligeiramente abaixo da média nacional que é de 5 pessoas. 56% das famílias vivem em casa própria e 30% em casas arrendadas. Ainda, segundo o censo de 2000, São Vicente é a segunda ilha com maior proporção de agregados familiares com nível de conforto médio, alto ou muito alto (58%). 7,7% têm um nível de conforto muito alto, praticamente o dobro da média nacional que é de 4%, mas aquém da ilha do Sal (8,8%). Em contrapartida dos cerca de 71.446 habitantes da ilha, segundo o censo de 2002, pouco mais que um quarto (26%), ou seja, 18.240 indivíduos possuem fracas condições económicas, vivendo com menos de 43.250 escudos por ano. Dos 18.240 pobres, cerca de 7.372 vivem em pobreza extrema, com menos de 28.833 escudos por ano, o que representa cerca de 10% da população da ilha.⁶ São os extractos mais vulneráveis da sociedade que instalam-se nas áreas periféricas da cidade, em construções visivelmente carentes em termos de qualidade e conforto. S.

⁵ Câmara Municipal de São Vicente. [Em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em http://www.cmsv.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26&limit=1&limitstart=1.

⁶ Instituto Nacional de Estatísticas – O perfil da pobreza em S. Vicente. [em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em <http://www.ine.cv>

Vicente é onde o fenómeno das casas feitas de lata e madeira ganha maior visibilidade, com cerca de 554, número esse que representa cerca de 46% das existentes no país. Além destas casas existem aquelas construídas com alvenaria de pedra ou betão mas que dada as suas fracas condições de habitabilidade, representam igualmente o retrato da pobreza que incide sobretudo as zonas periféricas resultantes do crescimento urbano da cidade.

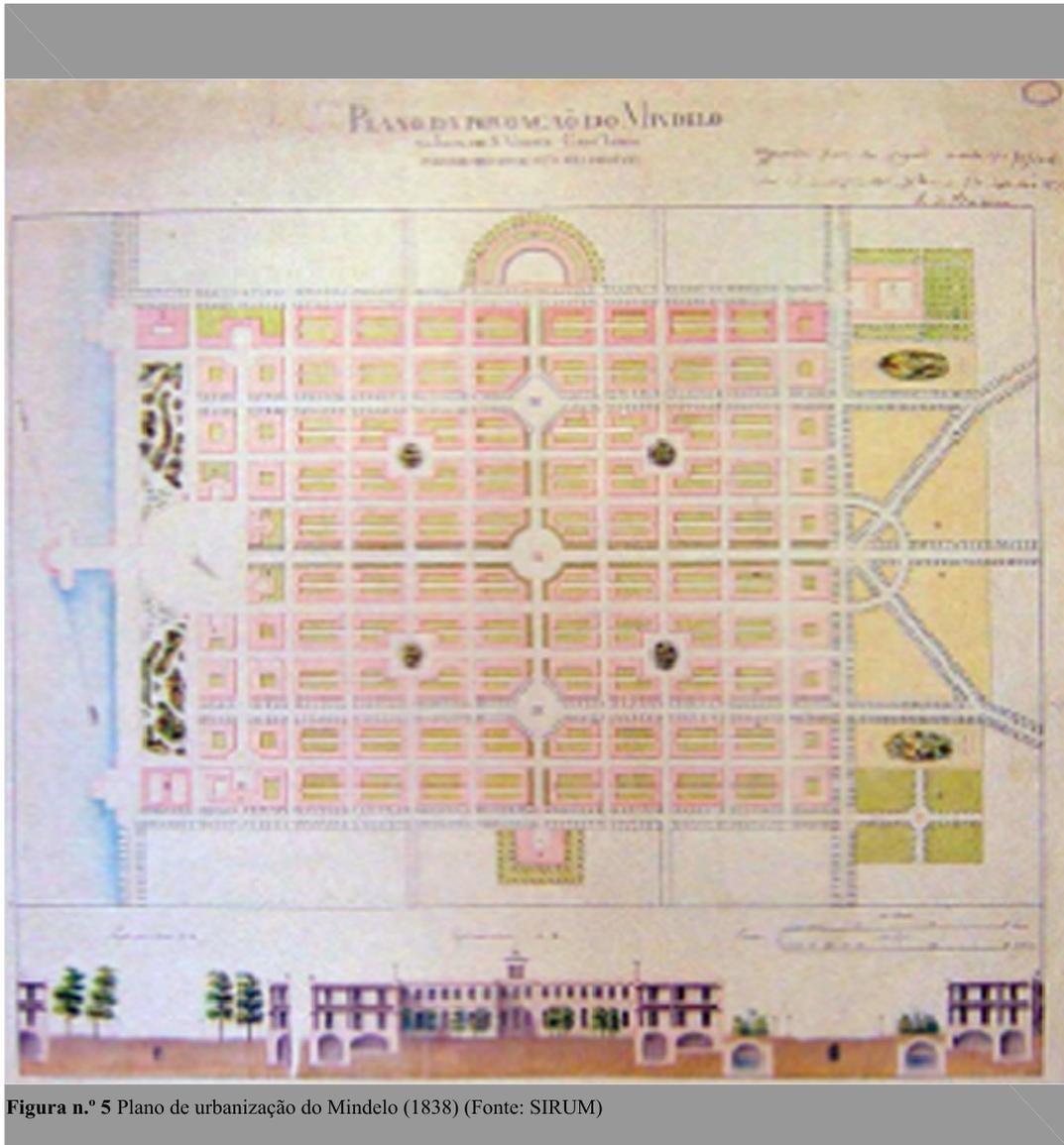


Figura n.º 5 Plano de urbanização do Mindelo (1838) (Fonte: SIRUM)

1.2. Caracterização urbana

O desenvolvimento urbano de Mindelo teve o seu início quando a cidade ainda não passava de uma pequena povoação. A forte afluência das populações vizinhas rumo à ilha de São Vicente ainda no séc. XIX, aquando da oferta de emprego no Porto⁷, entre outras razões terá implicações no desenvolvimento urbanístico da cidade, fazendo com que as estruturas urbanas comecem a passar por consideráveis modificações (Morais, 2003:70). Nesta sequência, através da Portaria Régia de 30 de Junho de 1838, foi criado o primeiro Plano de Urbanização do Mindelo, inspirado nos esquemas tradicionais das cidades europeias: uma forma rectangular rígida que respeitava o traçado das vias e a localização dos diversos edifícios e serviços públicos (*idem*).⁸ A actividade comercial que se desenvolveu em função do porto favoreceu o crescimento económico. Pretendia-se que Mindelo funcionasse como um “Ponto comercial à escala internacional”. Os ingleses mostraram-se os primeiros e principais interessados, explorando a mão-de-obra cabo-verdiana que muito condicionou o desenvolvimento económico e urbano do Mindelo.

O estabelecimento das companhias carvoeiras da década de cinquenta do séc. XIX despoletou um crescimento acelerado da povoação. As actividades do porto aumentaram as possibilidades de emprego atraindo os habitantes das ilhas vizinhas, provocando assim o aumento da população. Apesar das várias epidemias e falta de mantimentos que se seguiram devido aos períodos regulares de seca nas ilhas de Cabo Verde, em 1858 a população já rondava um número superior a 1300 habitantes (Rosa, 1999: 28-29).

O aumento da população foi acompanhado pelo aumento de construções, que procuravam dar resposta às necessidades de alojamento e de equipamentos públicos e, por medidas urbanísticas que pretendiam controlar a situação higiénico-sanitária. Em 1852 já se falava da construção desordenada e com efeito, proibiu-se a edificação de

⁷ O porto Grande foi um importante ponto de escala de navios no Atlântico no séc. XIX, impulsionando o desenvolvimento económico, social e urbano da cidade do Mindelo.

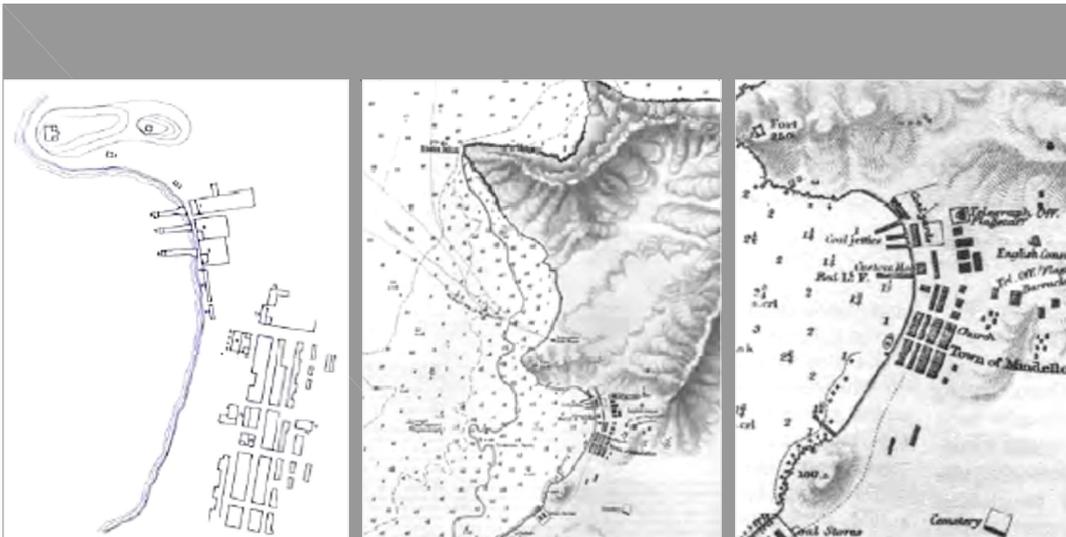


Figura n.º 6 Planta da cidade do Mindelo (1858); Figura n.º 7/8 Planta da cidade do Mindelo (1873)



Figura n.º 9/10 Ponte de desembarque do cais da Alfândega (Fonte: SIRUM)

casas fora dos alinhamentos necessários, redefiniu-se o carácter dos edifícios e obrigou-se às pessoas, sob pena de multa, a cobrir as casas com telha de barro, pau ou simplesmente de tabuado, e para os donos que justificassem não ter meios para fazer a cobertura de telha pediam que renovassem a palha das casas (Cruz, 2001: 79). Assim através do Decreto de 29 de Abril de 1858, Mindelo foi elevado à categoria de Vila (Rosa, 1999: 29; República de Cabo Verde, 1984: 10).⁹

O comércio no Porto Grande passa por um período difícil no início da década de 1890 por falta de vapores, e por causa das epidemias que periodicamente alastravam na cidade. Aumenta o desemprego, a fome e a população diminui de 6.881 pessoas, em 1890, para 6.211 pessoas em 1895 (Rosa, 1999: 40). A partir de 1894, o Porto Grande recupera a entrada de navios com a criação de uma nova companhia carvoeira designada de Companhia Nacional de São Vicente, e entre 1897 e 1900 verificou-se um aumento das actividades em especial no ano de 1900, período em que o número de habitantes aumentou consideravelmente.

À medida que se afasta do centro antigo, o traçado inicial da cidade, em contínuo crescimento, vai ganhando uma certa organicidade e as estradas e caminhos expandiram-se pelo território seguindo o movimento natural da evolução dos bairros que servem. A morfologia dos diferentes bairros da cidade apresentava-se diversificada, variando de bairro para bairro de acordo com a natureza do terreno e da situação socioeconómica dos seus habitantes (Rosa, 1999: 44).

Durante as duas guerras mundiais verificou-se a expansão de alguns bairros já existentes e o aparecimento de novos bairros, nomeadamente: Alto Mira-Mar, Alto Santo António, Alto Solarino, Fonte Cónego, Fonte Filipe, Monte Sossego e Ribeira Bote. Por volta de 1930 expandiram-se os bairros Cruz João Évora, Madeiralzinho e Chã de Alecrim (Rosa, 1999: 40). Estas áreas conheceram um forte crescimento logo a seguir à independência tendo vindo a acentuar-se de uma forma rápida e contínua até então.

Até a década de 40 do séc.XX, a cidade foi sendo estruturada de forma regular, tendo a Baía do Porto Grande como elemento condicionador, baseada na malha inicial do seu

⁹ Este Decreto ordenava a criação de uma nova capital. Três meses depois da sua assinatura, foi publicado o primeiro plano de urbanização do Mindelo.



Figura n.º 11 Cidade do Mindelo (1958)



Figura n.º 12 Vista do centro com a ocupação da encosta
(Fonte: SIRUM)



Figura n.º 13 Bairro de Chã de Cemitério (Fonte própria)

centro (ecdj.10, 2007). Contudo, com o aumento progressivo das migrações internas para Mindelo, a cidade foi sofrendo consideráveis modificações na sua estrutura urbana. Este afluxo era constituído essencialmente pelos habitantes provenientes de ilhas vizinhas nomeadamente Santo Antão e São Nicolau, que foram ocupando, na sua maioria, as zonas periféricas da cidade. A partir dessa altura o processo de expansão para a periferia foi desenhando-se de forma mais orgânica e espontânea. A esse assentamento espontâneo tentou-se contrapor algumas iniciativas reguladoras do ordenamento (anos 50) que não tendo sido implementadas, explicam que apenas pontualmente tenham surgido algumas zonas/pólos de crescimento planeados – Avenida Marginal, Avenida de Holanda, Chã de Cemitério, Chã de Monte de Sossego e o Alto de São Nicolau (*idem*).

Com o passar dos tempos este afluxo de habitantes provenientes de outras ilhas foi ganhando proporções maiores, e após a independência de Cabo Verde, mais concretamente nos meados da década de 80, verificou-se uma explosão demográfica justificada pelo aumento da migração interna, em detrimento das migrações externas. É a partir dessa altura que o fluxo de migrações para o estrangeiro começa a reduzir-se drasticamente, dadas as políticas restritivas dos convencionais países de imigração, aliados à forte crise do sector agrícola provocada por anos seguidos de seca. Perante este cenário, pessoas vêm-se ‘obrigadas’ a deslocarem-se para os centros urbanos mais próximos nomeadamente Praia e Mindelo (Morais, 2003:112). No caso das ilhas de Barlavento, é a cidade do Mindelo a eleita das populações das restantes ilhas. Por esta e por várias outras razões verifica-se um aumento desenfreado de extensas áreas de ocupação espontânea que de uma forma acentuada e contínua foram-se afastando da malha regular do centro. Esta herança urbanística passou a ser um dos maiores problemas do Mindelo, a ser resolvido após essa época. Na verdade, nas décadas de 80 e 90 houve tentativas de resolver os problemas através da criação de planos directores municipais. O primeiro foi o Plano Director elaborado pela Direcção Regional do MHOP (Ministério da Habitação e Obras Públicas) em 1980, e em 1995 criou-se o Plano Director Municipal de São Vicente elaborado pelo consórcio AIP/TectoPLACA (Rodrigues, 2004: 25). Nas décadas de 80 e 90 houve esforços no sentido de seguir esses planos, com o objectivo de reordenar o tecido urbano existente. Procura-se recuperar edificios públicos e equipamentos bem como, organizar o trânsito e estabelecer uma rede viária que ligasse os vários bairros que surgiram. Foram criados



Figura n.º 14 Planta actual da cidade do Mindelo (Fonte: Câmara Municipal de São Vicente)

bairros residenciais em Vila Nova, Lombo Tanque e Chã de Monte Sossego, estruturadas para serem autónomas em relação ao centro, embora a eles estivessem ligados por rede viária. As zonas de Monte Sossego, Monte, Dji de Sal e Campinho foram loteadas, e na última, juntamente com a Ribeira Bote (Ilha de Madeira), deu-se início ao projecto PACIM (Projecto de auto-construção assistida do Campinho e Ilha de Madeira – MHOP/ARO) que tinha como objectivo a criação planeada de habitações de realojamento social com o objectivo de resolver os problemas de habitação que alguns bairros enfrentavam (Rodrigues, 2004:26).

Porém, apesar das medidas implementadas no sentido de resolver os problemas urbanísticos que a cidade apresentava, por diversas razões não conseguiram travar o rápido crescimento das construções informais que iam colmatando as zonas periféricas. Em 1982 era possível ver os bairros de expansão irregular e orgânica “colados” à malha reticulada e na planta actual, apesar do aparecimento de alguns bairros planeados bem como bairros antigos reorganizados e ligados à antiga malha da cidade, reparamos que esses assentamentos espontâneos ganham proporções maiores ocupando zonas nas encostas, cada vez mais afastadas do centro. Algumas dessas zonas chegam a ocupar extensas áreas, como são os casos de Monte Sossego e Ribeirinha para além de serem densamente povoadas e carentes em equipamentos públicos. Nesses bairros de carácter espontâneo, grande parte das habitações é feita, geralmente, com materiais de alvenaria de pedra e de bloco com laje em betão, e por isso, sendo duradouras, marcam e constroem os caracteres urbanos, reduzindo também, progressivamente, a funcionalidade urbana e as possibilidades de realização de infra-estruturas básicas (África ‘70-ONG, 2005: 13).

1.3 A problemática da habitação – dados para a sua compreensão

A problemática da habitação em Cabo Verde constitui desde sempre uma das maiores preocupações dos governos da República. A requalificação e reabilitação urbanas têm sido uma acção prioritária no sentido de melhorar a imagem da cidade e o desenvolvimento da ilha. O aumento populacional de São Vicente exigiu a alteração de alguns dos Planos Detalhados Urbanísticos (PDU), com o objectivo de satisfazer a procura de terrenos. No entanto, apesar das tentativas de criar regulamentos e legislação como forma de abrandar o crescimento espontâneo e desenfreado por toda a cidade, o que se têm verificado nos últimos anos é uma contínua extensão destas mesmas áreas devido às carências habitacionais, resultado de uma oferta muito limitada, com que a cidade tem convivido e às tardias intervenções de ordenamento e gestão das autoridades (Borges, 2007: 54; SIRUM, 2006:27).

De um modo geral, essas habitações de carácter “informal” são construídas com alvenaria de pedra e de bloco, com laje em betão, o que resulta numa definição e marcação dos caracteres urbanos. Deste aumento do número e dimensões de construções, surgem conflitos de alinhamentos, resultando assim num sucessivo agravamento de situações urbanísticas como por exemplo: progressiva redução das acessibilidades; redução das capacidades de drenagem das águas pluviais e de realização de infra-estruturas básicas; e nalguns casos, aumento das situações de perigo de desmoronamento.

A carência habitacional é um dos graves problemas da sociedade e afecta, sobretudo, os estratos vulneráveis, isto é, aqueles com níveis de rendimentos menores, “obrigando-os”, desta forma, a instalarem-se em alojamentos muitas vezes em coabitação, em fogos sobreocupados e de condições precárias. No caso de Cabo Verde, o problema habitacional coloca-se tanto ao nível de alojamento familiar, como também da habitação, enquanto local com condições aceitáveis de habitabilidade (Morais, 2003: 95).

Este problema ocorre principalmente nos centros urbanos principais como Mindelo e Praia, onde o nível da construção se encontra numa situação inferior às exigências de qualidade habitacional, quer em termos numéricos quer qualitativos. De acordo com o relatório de estudo da problemática da habitação em Cabo Verde realizado pela Afrosondagem, “o forte crescimento demográfico, aliado a uma crescente procura, tem dificultado o processo de procura e oferta de soluções viáveis a resolução deste complexo problema.” Mais adianta que “a criação do Instituto de Fomento à Habitação surgiu nessa perspectiva tendo como eixos prioritários de actuação a implementação de medidas de políticas direccionadas à disponibilização de habitação condigna, descentralizada e ajustada às reais possibilidades dos diferentes estratos sociais” e que a emergência continuada de empresas privadas no sector imobiliário tem de facto contribuído para uma melhoria da oferta (Afrosondagem, 2006: 5). Porém, apesar dessa avaliação, “as diferentes operações estatísticas realizadas nos últimos anos no país, nomeadamente o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2000 e o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 20001-2002, demonstram que existe em Cabo Verde um importante défice de qualidade, a grande maioria da população não tendo casa própria, vivendo em casa de aluguer e as que têm casa própria, estas apresentam-se muitas vezes com um défice de qualidade” (*idem*).

Este problema, segundo o relatório de Habitação Social para Cabo Verde é agudizado ainda mais por dois factores: a) o aumento dos custos de construção em cerca de 40% de 1998 a 2006; e b) o inflacionamento dos preços de habitações e terrenos, devido em parte ao crescimento do sector turístico, especialmente nas ilhas do Sal, Boavista, Maio e São Vicente.¹⁰ Estes dois elementos induziram a um aumento dos preços de venda de moradias, incompatíveis com o nível de renda de boa parte da população, especialmente os de média e baixa renda. O efeito do turismo sobre este défice habitacional ocorre a dois níveis: pelo lado da procura, através do aumento estimado do emprego em torno dos grandes empreendimentos turísticos (e conseqüentemente de necessidades de habitação para os trabalhadores), e pelo lado da oferta, através do inflacionamento do preço dos factores de construção (terrenos, materiais, mão-de-obra, etc.) (República de Cabo Verde, 2007: 3 - 4).

¹⁰ Este relatório corresponde a apresentação de um projecto para a construção de 5000 habitações de realojamento social de custos reduzidos, financiada pela cooperação Chinesa, destinadas à população de baixa renda, nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Boa Vista e Maio (República de Cabo Verde, 2007).

Apesar do surgimento recente de algumas empresas vocacionadas para o sector imobiliário, estas têm-se voltado na sua maioria para o segmento do imobiliário turístico, onde as taxas de retorno de investimentos são maiores, deixando assim a descoberto uma grande faixa da população com necessidades em termos de habitação acessível e de qualidade. (República de Cabo Verde, 2007: 4).

Grande parte das habitações construídas actualmente no país refere-se às habitações evolutivas¹¹ unifamiliares construídas pelas famílias com os seus próprios rendimentos e para o seu uso próprio. (Morais, 2003: 96) A nível nacional, as casas individuais são as mais utilizadas tendo a ilha de São Vicente cerca de 78% dos seus agregados a residirem em habitações desse tipo segundo os dados do INE em 2004.

Nos centros urbanos predomina a produção da habitação pelo processo de autoconstrução, em detrimento de outras formas de promoção, uma vez que o Estado não consegue acompanhar o ritmo necessário para satisfazer as necessidades habitacionais do país. Apesar do crescimento verificado no sector, este não consegue dar resposta à procura que ultrapassa largamente a capacidade de oferta. Da mesma forma que existem pessoas que não conseguem ter acesso ao crédito bancário para aquisição de um terreno de construção de casa própria, existem, por outro lado, casos de pessoas que entram com o pedido de terreno na Câmara, porém, face à morosidade do processo, decidem então construir as suas habitações para depois entrarem com um pedido de legalização, a fim de poder ter acesso às infra-estruturas básicas (água, rede de esgotos, electricidade e telefone).

Na generalidade, as habitações apresentam baixa qualidade em termos funcionais, de construção e de conforto, dado principalmente o baixo rendimento familiar e a baixa capacidade de resposta em termos de planificação física e socioeconómica do país. (Morais, 2003:96).¹² A superlotação é muito comum, e calcula-se que cerca de 47% do parque habitacional, ou seja, mais 20.000 unidades, não conseguem atingir o padrão mínimo estabelecido pelo governo de Cabo Verde de 2 pessoas por quarto (Morais, 2003: 86).

¹¹ O conceito de habitação evolutiva prende-se com a evolução ou melhoria da habitação em função do aumento do rendimento económico das famílias.

¹² Ver por exemplo (Miller, 1986:II)

Esta situação de carência a nível da habitação torna-se mais evidente se tivermos em conta que a família cabo-verdiana ainda é considerada numerosa, 4,6 pessoas no ano 2000, segundo dados do INE. Neste contexto, o caso torna-se mais dramático quando são famílias com fracos recursos económicos e que vivem em situação de pobreza (Morais, 2003: 96).

Actualmente, a nível dos tipos de habitação no Mindelo e Praia, por exemplo, verifica-se duas situações extremas. Por um lado, nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente o número de habitações de elevado *standard*, com técnicas e materiais importados, pertencentes às camadas da população com maiores rendimentos, quadros superiores, dirigentes políticos, comerciantes e emigrantes ocupando no geral as zonas mais consolidadas da cidade dotadas de melhores infra-estruturas; por outro lado, cada vez mais confirma-se a tendência do surgimento de habitações construídas através de um processo tido “ilegal”, com poucas condições de habitabilidade, que ocupam zonas, geralmente, carentes em infra-estruturas de saneamento básico e de equipamentos públicos. Estas estão ocupadas pelos extractos mais vulneráveis da população que vivem, na generalidade, com fracos recursos económicos. As diferenças de rendimento existentes nas famílias cabo-verdianas destacam as desigualdades sociais acentuadas e com tendência a crescer, cuja consequência é a definição de um padrão de habitabilidade diferenciado consoante o nível de rendimento (Afrosondagem, 2006: 16).

1.4 Caracterização do sector habitacional e construtivo

Uma das características do **mercado habitacional** cabo-verdiano articula-se com a oferta de solo urbanizável que é bastante restrito, agravado pelo facto do Estado não interferir na regulação dos preços. Esta situação bloqueia o acesso ao mercado fundiário e imobiliário de uma parte significativa da população e dos seus construtores. Perante as necessidades sociais e o aumento da procura da habitação nos principais centros urbanos das cidades da Praia e do Mindelo, o mercado de solos mantém-se fortemente desequilibrado, favorecendo a subida brusca do preço dos terrenos e das construções, proporcionando aos proprietários fundiários e aos promotores imobiliários a apropriação de importantes lucros. Consequentemente, a especulação comercial dos terrenos reflecte-se necessariamente no custo elevado das construções. Nestas circunstâncias, a habitação oferecida no mercado legal aparece, pois, a preços demasiado altos para a capacidade financeira de grande parte da população (Morais, 2003: 85-86). Para a aquisição de terreno, o cliente poderá fazê-lo sob o regime de compra ou aforamento. O pagamento deste último tem uma durabilidade de 60 anos. Normalmente são as pessoas com pouco poder económico que preferem o regime de aforamento, devido ao baixo custo a ser pago anualmente. Contudo, segundo informações da Câmara, ultimamente, têm-se aplicado mais o regime de compra em detrimento do aforamento. Esta situação poderá ser explicada pelo facto das pessoas não quererem ficar “presas” a um compromisso de pagamento, ainda que de baixo custo. Logo, para ter acesso à habitação, muitas pessoas ficam coarctadas, por um lado, pelas regras do mercado que levam em conta o nível de rendimento das famílias (associada à taxa de esforço para obtenção de um crédito bancário) (Afrosondagem, 2006: 16), e por outro, pelas formas de aquisição de terreno. Perante tal situação, as famílias vêem-se “obrigadas” a optarem por outros “expedientes habitacionais” como forma de garantir a sua moradia.

- A promoção espontânea e de auto-construção

Segundo os dados do relatório, mais de dois terços dos cabo-verdianos (68%) possui uma habitação própria e que a sua posse é superior entre os indivíduos mais carenciados do que os indivíduos com um nível de rendimento superior, 71% contra 64%,

respectivamente (Afrosondagem, 2006: 21). A **promoção espontânea** da habitação representa, em termos quantitativos, a maior parte da produção de habitação nas cidades da Praia e do Mindelo. Na perspectiva de Miller, a maioria das habitações construídas em Cabo Verde são de carácter evolutiva unifamiliar feitas por famílias a partir dos seus próprios recursos, normalmente nos bairros espontâneos dos arredores das cidades (Miller, 1986:13 *apud* Morais, 2003: 107). Uma vez que grande parte das populações mais carenciadas está limitada pelo acesso ao crédito bancário, a mesma recorre à ajuda dos familiares e amigos para construírem as suas próprias casas sob o processo de auto-construção de carácter, geralmente, evolutivo, consoante a mobilidade financeira das pessoas.

Em São Vicente, a construção espontânea aparece com maior expressão a partir de meados da década de oitenta, motivada pela grande procura habitacional, provocada pela forte corrente migratória interna em detrimento das migrações externas (Morais, 2003:112). Estes processos de carácter espontâneo, que convencionalmente são designados por “clandestinos”, têm marcado e identificado os subúrbios das cidades do Mindelo e da Praia.

Num quadro geral, a designação “clandestino” indica a existência de um tipo de urbanização que se processa de forma exterior “ao enquadramento jurídico do planeamento” (Macedo Rodrigues, 1984:38). Com efeito, aponta para designações do tipo “ilegal” e “informal”, frequentemente associadas a construções clandestinas (Soares, 1984:18-19). Por outro lado, os processos de loteamento e edificação “clandestina” ao denotarem a precariedade da habitação/ do uso do solo (Serra, 2002:157) tendem a ser vistos como espaços de crescimento urbano que contrariam princípios consolidados ao longo dos tempos e aceites como orientadores do crescimento das cidades (Gaspar, 1989:82). Estas definições, na verdade, indicam a percepção generalizada que se tem desses espaços e a forma como as periferias são representadas.

Contudo, no caso de Cabo Verde, a imagem de construções designadas como “clandestinas” possui um carácter mais ambíguo do que aparentam.¹³ Temos de ter em

¹³ Entende-se aqui como “clandestinos”, os lotes não adquiridos sob o processo de compra directa nas Câmaras Municipais, nem licenciadas pela mesma. De um modo generalizado, perante a sociedade, esses

lotes são considerados ilegais. Contudo, coloca-se a hipótese da existência de imobiliárias clandestinas ou pequenos negociantes em Cabo Verde que compram áreas de terrenos nas Câmaras para depois dividi-los e vende-los em parcelas a moradores que pretendem instalar, principalmente, nessas zonas periféricas. Esta hipótese pressupunha então que esses lotes, ao contrário da opinião generalizada da sociedade, fossem considerados legais para as pessoas, uma vez que compram terrenos para construir as suas casas.

conta que os processos de apropriação dos espaços nas cidades têm sido, muitas vezes, acompanhados de intervenções pontuais por parte das autarquias que procuram responder e resolver os problemas a partir de uma intervenção imediata, resultando assim numa miscelânea de habitações não licenciadas, em confronto com lotes definidos pela Câmara. Para uma melhor compreensão, vejamos então, de uma forma muito genérica, como se processa o crescimento espontâneo nas periferias da cidade do Mindelo.

A expansão urbana tem-se manifestado essencialmente segundo os dois principais modelos conhecidos: a) o formal, através da concretização de planos urbanísticos; b) o informal ou espontâneo, não planeado nem licenciado (República de Cabo Verde, 1996:12). No quadro dos planos geridos nas cidades da Praia e do Mindelo, destaca-se essencialmente o modelo dos Planos Urbanísticos Detalhados (PUD) como os mais utilizados. No caso específico da cidade do Mindelo o Plano Director Municipal (PDM) normalmente é actualizado de 2 em 2 anos. Paralelamente ao PDM, são aplicados os PUD na expansão e recuperação dos bairros periféricos, e na reabilitação dos bairros antigos (República de Cabo Verde, 1996: 13).

Na cidade do Mindelo, dada à ocupação rápida das periferias e pelo facto de algumas destas localidades não estarem contempladas no PDM como zonas urbanas ou periurbanas, a Câmara é “obrigada” a expandir a sua intervenção para lá do previsto no PDM. Assim, vai servir-se do PUD para operações pontuais ou parciais na definição de novos lotes e de novas infra-estruturas nessas áreas. Neste sentido, surgem zonas de habitações “clandestinas”, acompanhadas de outros lotes definidos e licenciados pela própria Câmara Municipal. Isto comprova que a imagem desses assentamentos visualizados como “informal” e “clandestino”, na verdade, não é apenas uma consequência das migrações internas tidas como promotores de desorganização urbana. Embora o solo seja propriedade da Câmara Municipal, as intervenções da mesma, ainda que numa lógica de reabilitação desses espaços, também não têm apresentado a capacidade de promoção da integração social e espacial dessas áreas.

No entanto, apesar da depreciação que o conceito de “construção clandestina” sugere, este tipo de construção representa uma forma eficiente de promoção de habitação na medida em que exprime o acesso a habitação própria para segmentos de população com baixos níveis de poder económico, com base nos seus próprios recursos e na relação de



Figura n.º 15 Bairro da Ribeirinha (Fonte: Google Earth - 2007)

entrajuda com os vizinhos e amigos, para além de revelar uma grande capacidade no manuseamento de técnicas e materiais de construção através de um percurso predominantemente manual. Além disso, esse tipo de promoção de habitação tem a vantagem de ser capaz de moldar consoante a evolução socioeconómica dos habitantes. (Turner, 1991 *apud* Bandeirinha, 2007: 46).

Na questão do financiamento da habitação, esse esquema de entrajuda traz outras vantagens para as populações com fraca capacidade financeira, na medida em que pode servir como acesso a um crédito alternativo promovido por grupos ou associações comunitários. Sabendo, portanto, que a habitação acarreta custos económicos, e que o crédito constitui por isso, um recurso para a melhoria do habitat, é socialmente relevante que se procurem outras alternativas de acesso ao crédito. Neste âmbito, surgem sistemas populares de entrajuda e sistemas informais de crédito, uma espécie de “centro de poder”. Este “centro” terá de ser aceite localmente, conhecer a realidade dos bairros, ter condições de estabilidade, ao mesmo tempo que garanta a disciplina do reembolso (República de Cabo Verde, 1996:34).

Este modelo de promoção da habitação revela a capacidade das populações em resolver os seus problemas habitacionais, sem o recurso a subvenções do Estado. Neste sentido, poder-se-á dizer que as estratégias de habitação informal representam “políticas sociais de habitação”, cujo mérito é reforçado precisamente pelo facto de serem realizadas sem o apoio do Estado (Serra, 2002: 164).

Um outro aspecto importante a destacar nesse tipo de apropriações é que essas populações migrantes, vindas sobretudo dos meios rurais, carregam consigo todo um imaginário vivido anteriormente, e uma forma típica de apropriação do espaço. Por exemplo, é usual repararmos em algumas casas com quintais e pequenos canteiros, materializando e reconstituindo a memória do jardim ou da horta deixados no passado, contribuindo, desta forma, para recuperar a “segurança ontológica” necessária à vivência num meio desconhecido, ao mesmo tempo que servem de complemento ao rendimento salarial dos habitantes (Cabral, 1983:221; Guerra e Matias, 1989:105-106 *apud* Serra, 2002: 162). Todo esse processo de autoconstrução e de modo típico de apropriação do espaço cria um apego e uma relação forte entre o usuário e a sua própria casa e até mesmo com o bairro. É esta espontaneidade e argúcia que lhes foram dadas

pelo sentido comunitário que ainda trazem dos espaços de origem, fugindo a quaisquer regras de ordenamento do espaço, que confere ao território algo como identitário das cidades.

Contudo, apesar das vantagens que esse tipo de promoção de habitação concede às populações financeiramente mais carenciadas, não deixa de ser verdade que as áreas onde se localizam esses assentamentos continuam a ser marginalizadas pela sociedade, através da população e da própria comunicação social que convencionalmente os designam de “perigosos e degradados”. Os problemas de mobilidade e de acesso aos equipamentos públicos e serviços, bem como a sua segregação social e espacial e à fraca capacidade de participação no mercado de consumo, fazem com que essas populações e os próprios bairros tornem-se extremamente vulneráveis à exclusão e desqualificação sócio-espacial. Deste modo, acumulam-se imagens sobre esses bairros, geralmente negativas, associadas a desvios sociais e a espaços isolados e perigosos, conseqüentemente, tidos como “*no go area*” ou zonas a evitar (Barbosa, 2006: 40-41; Malheiros *et al.* 2007: 199).

Entre as situações habitacionais mais comuns que se inscrevem neste quadro de vida e que acompanham os ditos “bairros clandestinos”, destacam-se as do realojamento social.

- A promoção estatal e as habitações de realojamento social

A **promoção estatal**, desde a independência, constituiu a principal via de intervenção do Estado no sector da habitação e encontrava-se orientada fundamentalmente para garantir alojamento aos quadros nacionais, agentes de cooperação técnica (cooperantes) e corpo diplomático. Esta produção, para além de insuficiente, estava localizada essencialmente nos centros urbanos, sobretudo nas cidades da Praia e do Mindelo, e era financiada a partir do orçamento de Investimento do Estado e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (Morais, 2003: 100). Entre 1975-1985, a construção de casas pelo sector estatal atingiu uma média de oitenta e cinco unidades por ano (Miller, 1986:12 *apud* Morais, 2003: 99). O IFH, Instituto de Fomento à Habitação, que iniciou as suas funções em 1985 sobe a “tutela” do MALU, Ministério da Administração Local e Urbanismo, tinha como único objectivo: a gestão das casas do Governo para Aluguer.

Contudo, a partir de 1992, o IFH deixou o processo de arrendamento para se dedicar à construção e venda de apartamentos. O motivo principal dessa mudança deveu-se ao facto do arrendamento não ter proporcionado os lucros inicialmente esperados. Segundo o IFH, as rendas eram muito baixas entre 4000 e os 6000 ECV, e muitos inquilinos tinham dificuldades em cumprir o acordo respeitante ao pagamento das rendas, pelo que a sobrevivência do IFH se tornava comprometido (Morais, 2003: 99-100).

A iniciativa estatal no sector da habitação cabia então ao IFH e aos municípios, tendo como principal fonte de receitas as linhas de crédito bonificado do Estado. O IFH tem agora por objecto a promoção imobiliária, a edificação de imóveis, a compra, a venda, o restauro e arrendamento de imóveis, bem como a urbanização e infra-estruturação de terrenos e a compra e a venda de lotes para construção. A construção da habitação de realojamento social está vocacionada à IFH em colaboração com as Câmaras Municipais, destinado ao arrendamento, no qual o utilizador inquilino beneficia do direito de utilização face ao pagamento de uma renda (Morais, 2003: 100; República de Cabo Verde, 1996:19). Segundo o relatório da Afrosondagem, a comercialização dessas habitações baseia em critérios que levam em conta as intenções de compra, o tipo de habitação, a localização bem como o rendimento famílias (Afrosondagem, 2006: 42).

Desde a sua criação, o IFH tem destacado pela construção de três tipos de construções: “económica”, “a custos controlados” e “social” (Morais, 2003: 100). A “habitação económica”, de *standard* médio, destina-se às populações que apresentam melhores condições económicas; a “habitação a custos controlados” distingue-se pelos orçamentos contidos e dirige-se à população de renda média, enquanto a “habitação social” beneficia as camadas da população com menores condições económicas (República de Cabo Verde, 2007: 25; Afrosondagem, 2006: 42). Esta hierarquização é feita, portanto, consoante a disponibilidade financeira das pessoas, ou seja, conforme a oferta de garantia que cada família apresente quanto ao pagamento das rendas.

As casas normalmente são comercializadas em regime de pagamento parcelado, em prestações mensais iguais e consecutivas que pode durar entre 12 a 20 anos.¹⁴

¹⁴ Estas informações foram recolhidas no relatório sobre o “Projecto de habitações sociais” (República de Cabo Verde, 2007: 25) e através do contacto a moradores de um dos bairros de realojamento da cidade do Mindelo.

Zona	Número de habitações	Financiador
Ribeirinha	25	Governo/CMSV
	30	CMSV/ Financiamento Ext.
Bela Vista	48	CMSV / Câmara de Oeiras
Horta Seca	12	CMSV
	12	CMSV/Governo
Ribeira de Craquinha	24	CMSV/ Financiamento Ext.
	18	CMSV
Salamansa	6	CMSV
Chã de Alecrim	25	CMSV/ Governo
Chã de Cemitério	50	CMSV/ Governo
Campim	12	CMSV
Total	262	

Figura n.º 16 Número de habitações de realojamento social em São Vicente (Fonte: CMSV - Jul. de 2009)

“Algumas casas são cedidas pelo processo de renda resolúvel, outras por renda simplesmente, variando de valores consoante a possibilidade financeira dos inquilinos e o tipo de habitação social, porque os projectos de arquitectura não são todos iguais. Algumas casas até foram vendidas.”

- Fonte não identificada da Câmara Municipal de São Vicente

As famílias que moram nas ditas “habitações sociais” pagam, normalmente, uma renda que varia entre os mil, e os três mil escudos cabo-verdianos. As habitações de renda de mil escudos são as ditas “evolutivas” ou seja, são habitações inacabadas onde as famílias, com o tempo e conforme a melhoria das condições económicas, poderão dar continuidade ao processo de construção (Morais, 2003:101).¹⁵

Ainda dentro desta forma de promoção habitacional, encontramos as habitações de realojamento construídas pelas Câmaras em parceria com cooperações internacionais e Câmaras geminadas (Morais, 2003: 100). Em São Vicente, foram construídas cerca de 262 moradias, distribuídas pelas zonas mais periféricas, com excepção de Salamansa que se encontra fora da cidade.

É possível encontrar famílias que não pagam renda. Neste grupo incluem-se aqueles que vivem de uma pensão social mínima (Morais, 2003:101).

As “habitações sociais” estão sob a tutela da Câmara Municipal de São Vicente, e segundo Manuela Morais, a mesma tem enfrentado problemas no que se refere ao pagamento das rendas por parte dos inquilinos. “Esta situação verifica-se porque a maior parte das pessoas que residem nessas habitações não têm emprego fixo, pelo que se torna extremamente difícil arcar com o compromisso do pagamento das rendas (Morais, 2003:102).¹⁶

¹⁵ Este tipo de habitações ocupa apenas o rés-do-chão, e é constituído, normalmente, por uma sala, um quarto, uma cozinha, uma casa de banho e um quintal. Mais tarde, as famílias poderão estendê-la para o 1º andar. Porém, dadas as dificuldades financeiras das famílias, muitas não conseguem concluir as obras.

¹⁶ No contrato de arrendamento assinado entre a Câmara e os inquilinos das *habitações sociais*, estes comprometem a pagar as respectivas rendas todos os meses. O atraso no pagamento das mesmas pode levar a acções de despejo por parte da Câmara. Esta despejou algumas famílias, mas segundo a própria Câmara, isto só se verificou em casos extremos, uma vez que se torna muito complicado desalojar famílias numerosas, cujo agregado engloba no seu seio um número significativo de crianças (Morais, 2003:102).

A matéria do realojamento social traduz o esforço das políticas para inserir um grosso da população num novo tipo de relação com o mundo social, sob uma lógica de ordenamento social e espacial. Contudo, uma vez que a qualidade do parque dos alojamentos sociais está inexoravelmente ligada à dos custos mínimos, e sendo na maioria das vezes, intervenções rápidas para fazer face ao crescimento acelerado das construções espontâneas, levantam-se questões sobre os efeitos que um projecto dessa natureza poderá surtir posteriormente na sua relação com o contexto da cidade bem como o seu impacto na vida social dos residentes.

III – Realojamento social em Mindelo

1. Do bairro informal ao realojamento social

Para resolver o problema das habitações das populações mais carenciadas, existem poucas propostas e as realizações são escassas. Normalmente esses projectos de realojamento são financiados por programas de cooperação internacional num modelo de cooperação entre os governos e a União Europeia procurando dar prioridade às situações mais problemáticas de alojamento. São, no entanto, poucos os projectos que, do ponto de vista arquitectónico aportam algum nível de discussão na exploração de novas metodologias e programas.

De um modo geral, os bairros de realojamento no Mindelo, assim como na cidade da Praia, revelam problemas a nível da sua funcionalidade urbana. Normalmente encontram-se muito afastados ou isolados relativamente ao centro, para além de muitas redes viárias existentes não permitirem uma melhor comunicação entre o centro e as demais zonas. Este problema advém do facto da maioria dessas estradas não terem sido planeadas mas sim serem o resultado do crescimento orgânico das zonas periféricas. Esta maneira de operar tende em localizar as habitações de realojamento em zonas de exclusão, longe das redes de oportunidades que a cidade oferece.

Destaca-se ainda nessas zonas a carência de equipamentos públicos de apoio (comércio, saúde, lazer) e as fracas condições de acessibilidade àqueles mais próximos. Um outro factor negativo é que esses complexos habitacionais são habitados por famílias numerosas com grandes dificuldades financeiras. É de salientar que também em muitos casos apresentam dimensões desproporcionadas em relação ao número de agregados por moradia, sendo frequentes os casos de sobreocupação, o que compromete imenso a qualidade habitacional (Morais, 2003: 102). Estes problemas são ainda agravados pela falta de programas regulares de conservação dos bairros e a existência de espaços inacabados e abandonados.

A problemática do realojamento social também passa pela morosidade de acção das políticas de habitação, que demoram anos a mostrar resultados. Esta situação traz consigo uma outra agravante pois à medida que alguns dos casos são resolvidos, novos

vão aparecendo. Por outro lado, uma das razões que poderá explicar o insucesso desses tipos de habitações prende-se com o facto do sucesso dos projectos ser medido em termos da quantidade de alojamentos construídos, ou do número de famílias realojadas (Morais, 2003: 102-103). Esta concepção, aliada à ideia de promoção pública/institucionalizada do projecto, à racionalidade económica e produção em série, faz com que esses conjuntos habitacionais sejam remetidos automaticamente para uma imagem de subproduto social. Devido a todos esses factores e a uma ausência de tentativas de revalorização do meio, alguns bairros de realojamento social acumulam imagens negativas associadas a espaços isolados, perigosos, o que limita o acesso da população para o seu interior.

Com todos esses problemas que os conjuntos habitacionais apresentam juntamente com a área de residência, os habitantes tornam-se vulneráveis à exclusão social que advém tanto de meios de comunicação como da própria sociedade Mindelense que os conotam de violentos e degradados, o que limita o acesso da população da cidade para o interior do bairro. Assim, se os ditos “bairros de lata” ou “degradados” excluía pela precariedade dos abrigos, já os novos bairros de realojamento excluem pela precariedade da urbanização e da localização e menos de alojamentos. (Portas, 2005: 263). Neste caso, estamos perante um problema habitacional, mas também, e sobretudo, perante um problema urbano.

1.1.“

1.2. Bairro de Cuxin” – localização e caracterização

A seguir apresento uma descrição do “bairro de Cuxin” com base nas informações cedidas por alguns moradores e uma informante da Câmara Municipal de São Vicente. Infelizmente, a recolha de informações detalhadas e oficiais para este estudo foi uma tarefa difícil devido, essencialmente, a questões burocráticas e pelos limites impostos a esta investigação. Deste modo, as informações que aqui apresento, embora necessitasse de uma análise mais detalhada do projecto, são importantes pela generalização da problemática em questão que seguidamente é apresentada.

O “bairro de Cuxin” situa-se na localidade de Ribeirinha, na parte oriental da cidade do Mindelo. Foi elaborado por Arquitectos da Câmara Municipal de São Vicente e financiada pela mesma. Antes de ser um bairro de realojamento, fora constituído por habitações de condições precárias, de latão e madeira. Com a intervenção da Câmara Municipal de São Vicente, foram eliminadas as habitações originais e construíram-se complexos de habitação para realojamento. Estas habitações serviram tanto para os moradores habituais, como para outras famílias realojadas da Ribeira Bote, Fonte Francês, Monte Sossego e Chã de Alecrim. O primeiro bloco de habitações foi inaugurado a 5 de Julho de 1995; dois anos depois inaugurou-se o segundo, no dia 5 de Julho, e o terceiro só veio a ser inaugurado em 2007.

Este bairro encontra-se numa zona tida como violenta e problemática, cujo nome popular é “Tchetchénia”.¹⁷ Pelo facto do bairro não ter nenhuma designação oficial, os moradores atribuíram ao bairro o nome de “Bairro de Cuxin” mas para a restante população Mindelense a zona que o abrange é conhecida por “Tchetchénia”.¹⁸

Em termos de estratégia de localização, normalmente não são criadas zonas novas para a instalação dessas habitações. Em geral recorre-se ao plano detalhado de uma determinada zona, e num grupo de lotes já definidos para habitação constrói-se o bloco

¹⁷ Importa frisar que o nome desta zona foi-lhe atribuído exactamente na altura em que Tchetchénia (Rússia) enfrentava a guerra de 1994-1996

¹⁸ “Cuxim” é o nome popular atribuído ao antigo Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, Onésimo Silveira.



Figura n.º 17 Cidade do Mindelo com a identificação (no canto direito) das habitações do “Bairro de Cuxin” na zona da “Tchetchénia”, Ribeirinha (Fonte Google Earth - 2007)



Figura n.º 18/19 "Bairro de Cuxin" (Fonte própria)

habitacional. Segundo as informações obtidas, no plano já existe todo o equipamento social previsto para a zona, podendo estar ou não construído, assim como as vias, a rede de água e esgotos, a rede eléctrica, etc.

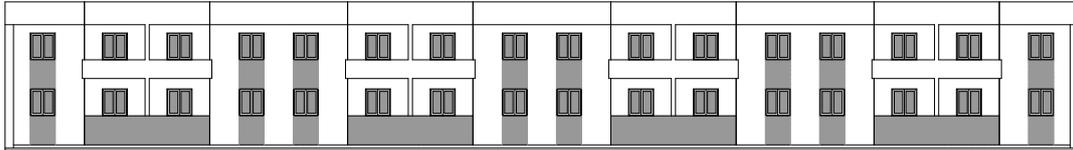
Quanto às rendas, podem variar entre os 500,00 a 6.000,00 escudos cabo-verdianos (renda resolúvel), consoante a disponibilidade financeira e o tipo de habitação. A renda é paga mensalmente na Câmara Municipal de São Vicente. As casas são cedidas com ligações à rede de esgoto, e com ramalho de água e luz. Cada família terá simplesmente de fazer os contratos com a ELECTRA para fornecimento de água e luz.¹⁹ O pagamento é feito a esta instituição conforme o gasto mensal de cada um.

Em termos de serviços públicos, apesar da rede de transportes públicos (autocarro) passar por esta zona, não atravessa toda ela uma vez que as vias existentes não permitem faze-lo - são estreitas e pouco coerentes nas ligações. Ainda dentro dos serviços públicos destaca-se ainda a existência de um campo desportivo inaugurado em Janeiro de 2008.

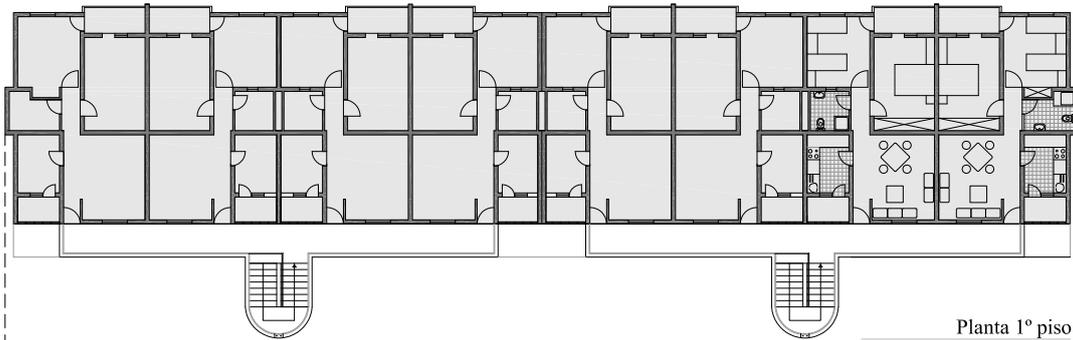
Em termos de construção, as habitações são feitas em blocos maciços, com pilares, vigas e lajes em betão armado; as casas de banho e cozinhas são revestidas com mosaico nos pavimentos e azulejos nas paredes e as portas e janelas são em madeira. São constituídos por dois quartos, uma cozinha, sala de estar e uma casa de banho. A ligação entre a rua e as moradias do primeiro piso é feita através de uma escada principal exterior, ligado posteriormente a um corredor de distribuição.

Contudo, apesar do processo de realojamento no “Bairro de Cuxin”, assim como tantos outros, seguir sob uma lógica de “melhoria das condições de vida dos moradores” e da qualidade de habitação que estas moradias sugerem face à anterior residência; dada às condições de segregação social e espacial a que frequentemente são associadas, torna-se imprescindível perceber as causas que poderão estar por detrás dessas exclusões. De igual modo, importa reflectir e apontar presumíveis efeitos que as intervenções sobre esses espaços poderão surtir no futuro.

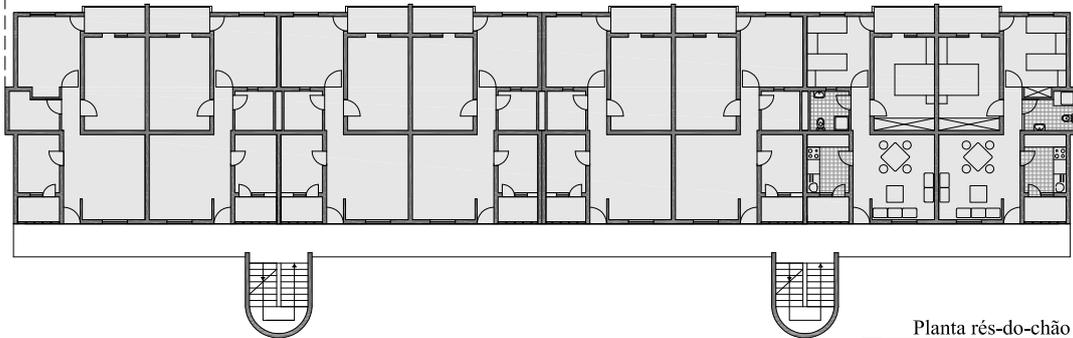
¹⁹ ELECTRA – empresa de fornecimento de energia eléctrica em Cabo Verde.



Alçado 1

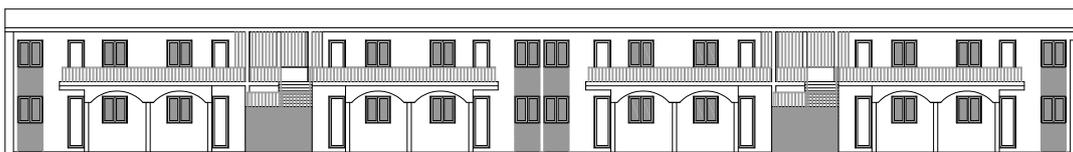


Planta 1º piso



Planta rés-do-chão

0 1 5 10m



Alçado 2

Figura n.º 20 Habitação de realojamento - "Bairro de Cuxin". Plantas e Alçados (Fonte: Câmara Municipal de São Vicente)

2. Das causas aos efeitos

São muitos os factores que poderão estar na origem de problemas relativos a conjuntos habitacionais de realojamento. Para uma melhor abordagem do tema, optei por recorrer a três vertentes que considero importante analisar e cujas ligações entre elas, poderão induzir ou não ao sucesso dessas habitações. Neste caso, podemos então considerar as acções do realojamento como o resultado da ligação entre estas três vertentes ou vértices que se encontram em íntima associação, condicionando-se mutuamente (Pinto, 1994: 36). Com efeito, temos, por um lado, as características específicas destas populações - o seu perfil social, o seu modo de vida, as suas necessidades e aspirações. Por outro lado, as características dos novos modelos de *habitat* - urbanísticas, arquitectónicas e sociais - que implicam e permitem os modos de habitar. Finalmente, as políticas e os princípios de realojamento empreendidos. Teresa Costa Pinto analisa este modelo afirmando que a maior ou menor satisfação residencial estará sempre dependente do grau e do tipo de articulação e adequação que se conseguir obter entre estes três vértices (Pinto, 1994:36).

Falar desse modelo, implica abordar uma série de questões. Uma delas tem a ver com a relação entre o morador, a sua nova habitação e o espaço residencial.

Em Mindelo, assim como no resto do país, dado os problemas que enfrenta em termos habitacionais, principalmente no que toca à qualidade das habitações espontâneas nas zonas mais periféricas - falta de infra-estruturas de saneamento básico, espaço reduzido com poucas condições de salubridade e de qualidade - muitas dessas populações aí residentes almejam, na verdade, ter uma casa nova, minimamente confortável e com melhores condições habitacionais. A atribuição de uma casa surge, portanto, face às condições habitacionais na qual vivem, como a realização de um sonho, associado permanentemente à ideia de ter uma casa “igual à dos outros”. Isto constitui-se num patamar necessário a uma mudança do modo vida, da percepção de si, e da sua relação com a sociedade (Pinto, 1994: 37-38). Portanto, para além de significar o morar numa casa com melhores condições, poderá representar para essas pessoas uma mudança de estatuto na esfera social. Esta questão tem a sua relevância se lembrarmos de que essas

populações que moram nesses “bairros informais” são na maioria das vezes estigmatizadas pela sociedade que as conota como “perigosos” e os remete para um escalão inferior dentro da hierarquia que normalmente é estabelecida no seio das sociedades.

Há lugares em que vou, basta saberem de onde sou para me tratarem mal. Nasci e fui criada neste bairro e até ainda cá estou. Ao que tenho assistido, são pessoas de outros bairros que fazem delinquência aqui. Se nos conhecerem de verdade, poderão concluir que somos iguais a todas as pessoas. Somos de bem, gostamos da alegria.

- Morador 1 do bairro da Ilha de Madeira²⁰

Basta chegar a um lugar e identificar-me como morador da Ilha de Madeira para ser olhado torto. Não nos dão emprego porque somos deste bairro. Não podem enfiar todos dentro do mesmo saco. Nem todas as pessoas aqui são delinquentes. Há pessoas de bem neste bairro. Somos bastante discriminados. É-nos vedada a oportunidade a tudo.

- Morador 2 do bairro da Ilha de Madeira

Deste modo, quando chega finalmente à concretização do sonho de ter uma nova casa, o utente leva consigo fortes expectativas de mudança de vida que pode traduzir não somente em termos da aquisição da casa nova com um outro nível de conforto, como também a uma possibilidade de melhorar as condições de vida e de alcançar uma outra aceitação por parte da sociedade.

Contudo, este forte desejo de mobilidade social poderá ser anulado pelas acções do realojamento que, apesar de se seguirem numa lógica de “melhorar as condições de vida dos moradores”, acabam por engendrar novos problemas para além dos apresentados pelas antigas moradias.

²⁰ Estratos retirados no artigo publicado no jornal electrónico “Expresso das Ilhas”, a 10 de Janeiro de 2009. Disponível em WWW: <URL: www.expressodasilhas.sapo.cv/noticias/detail/id/6934>

Ilha da Madeira é um bairro que fica num subúrbio da cidade de Mindelo. Inicialmente era um amontoado de casinhas feitas de lata e madeira, que depois foi substituído por casas de bloco de betão num programa financiado pela cooperação Sueca (PACIM). Este é um dos bairros que tem sofrido fortes estigmas sociais.

José António Bandeirinha faz menção às teorias de Chombart de Lauwe que colocavam questões sobre a flexibilidade do espaço e a sua capacidade em adaptar-se às mutações que a sociedade vai sofrendo (Bandeirinha, 2007:29). A problematização colocada pelo autor viria a propósito da necessidade de se pensar em mecanismos de mudança das estruturas sociais e da evolução das necessidades e das aspirações. Assim, destaca-se a necessidade de conceber a organização do espaço de forma suficientemente flexível, capaz de se adaptar progressivamente às novas conformações da sociedade (*idem*), sobre uma lógica de “obra aberta” (Portas, 2008:80).

É neste contexto que se insere também as opiniões de John Turner que condenavam sempre “os conjuntos habitacionais de promoção pública, ou centralizada”, que segundo ele, “remetiam os moradores para uma extrema dificuldade de metamorfosear os espaços, encerrados enquanto obra concluída, alheando-os dos sentidos mais íntimos de transformação e pertença” (Bandeirinha, 2007: 46).

Este encerramento do espaço enquanto “obra concluída” remete-nos para uma das problemáticas de alguns exemplos de complexos habitacionais existentes em Cabo Verde, mais precisamente, na cidade Mindelo, em que o morador e a relação que estabelece com a habitação estarão sempre condicionados pela estrutura, organização e desenho da mesma.

Para exemplificar, temos a questão do número de quartos que constitui geralmente essas habitações. No caso desses complexos de realojamento conhecidos em Mindelo, grande parte é constituída por um ou dois quartos (como é o caso do “Bairro de Cuxin”), o que na realidade cabo-verdiana em que as famílias são numerosas, torna-se num problema, tendo em conta que os espaços ficam extremamente sobreocupados.

Esta racionalização dos espaços para 1 ou 2 quartos é normalmente justificado pelas Câmaras Municipais pela necessidade de contenção das despesas no projecto. Por outro lado, a constituição do número de compartimentos em cada moradia varia, como já vimos, conforme a disponibilidade financeira do inquilino, o que nos leva a concluir que quanto menor for a disponibilidade, menor será a moradia. Com efeito, conduz a um problema de coabitação nestes espaços, não conseguindo assim atingir o padrão mínimo estabelecido pelo governo de Cabo Verde de 2 pessoas por quarto. Esta situação coloca

problemas do ponto de vista da “melhoria das condições de vida” dos moradores. Isto é, embora tenham sido mudados para uma casa com melhores condições de alojamento, continua-se a verificar o problema da habitação. Outra questão que se levanta e que se enquadra nesta temática e nas teorias defendidas por Lauwe e Turner tem a ver com a relação que o morador estabelece com a sua nova rua.

Perante a nova casa, e embora esta ofereça vantagens no que concerne à qualidade, face à anterior, ela, no entanto, pode criar entraves no que diz respeito à sociabilidade e o uso dos espaços secundários, por exemplo a rua. Os antigos cenários residenciais eram predominantemente caracterizados por um uso bastante intenso e importante dos espaços imediatamente exteriores ao alojamento. O facto do anterior alojamento ter dimensões muito reduzidas implicava que a rua comportasse como uma extensão da casa, possibilitando uma abertura da vida doméstica à vida comunitária, extremamente valorizada pelas pessoas. Era no patamar da casa, imediatamente confinado com a rua onde sempre se encontravam com os vizinhos, sentava-se à porta para refrescar, ou simplesmente para distrair e conversar, sem no entanto, se ter a sensação de estar “fora de portas” (Freitas, 1994: 29).

No caso das habitações de realojamento, raramente se encontram espaços de sociabilidade e apropriação que caracterizem globalmente a vivência comunitária das famílias que aí residem. “O que é possível observar é que a dimensão funcional de extensão do espaço doméstico deixa de ter tanto sentido em situação de realojamento destas famílias, no pressuposto de que as novas condições habitacionais suprimem as carências que a implicavam” (Freitas, 1994: 29). Deste modo, regista-se a um isolamento/fechamento induzido por estes novos espaços e a uma perda de sociabilidade e de apropriação, característica típica das anteriores residências. Por outro lado, e ainda no conceito de isolamento, encontramos geralmente esses novos espaços residenciais segregados e desintegrados em relação à envolvente, enquadrados em zonas que constituem barreiras físicas na cidade. A ausência de uma clara redefinição de ligações (ruas estreitas e descontínuas) bem como a monofuncionalidade destes espaços, parecem induzir a um sentimento de exclusão e marginalização, marcado pela percepção de que os espaços onde se encontram esses conjuntos habitacionais bem como os serviços de apoio neles instalados são apenas propriedade dos “outros grupos sociais”. Esta condição, como já vimos, remete a esses espaços a situações de “guetos”,



Figura n.º 21 Centro socioprofissional da Ribeira Bote - Ilha de Madeira; **Figura n.º22** Campo desportivo (Fonte própria)

que por seu turno, provoca distâncias sociais o que certamente não resulta da vontade dos moradores. Este problema é ainda acompanhado por uma atenção voltada a esses bairros, fomentados pela sociedade e pela própria comunicação social que estimula uma visibilidade frequentemente associada a bairros violentos e perigosos (Barbosa, 2006; Malheiros et al. 2007).

Em termos de ordenamento do território, a cidade do Mindelo é caracterizada, numa escala maior, por um conjunto de “retalhos” pouco interligados ou até mesmo frágeis que resultaram, como já vimos, sobretudo de um processo de ocupação espontânea acompanhado de uma gestão administrativa pouco eficiente. É nessas áreas periféricas de frágeis ligações com o centro e com os demais equipamentos públicos, que são implantados geralmente a maioria desses complexos habitacionais de realojamento.

Embora a Câmara saliente que nessas intervenções tenha havido sempre estratégias de reabilitação e de definição de novas vias que acompanham o processo de realojamento, na verdade, elas têm-se revelado insuficientes para efectuar uma maior integração desses espaços na malha urbana e evitar assim que os espaços se permaneçam desconexos uns dos outros.

Portanto, apesar das pessoas serem deslocadas dos seus bairros de origem para os novos contextos de habitação que sugerem outras condições de vida, o que se observa normalmente nesses processos de realojamento é que elas continuam a ser afectadas pelo mesmo problema de viver em bairros isolados e marginalizados. Deste modo, mesmo que se resolva o problema da habitação, continua-se ainda sem uma solução para o problema da cidade, matéria igualmente importante em qualquer intervenção urbanística, como a do realojamento social.

CONCLUSÃO

A estrutura actual das principais cidades, (Mindelo e Praia), são o resultado de um complexo fenómeno de urbanização que logo após a Independência provocou impactos significativos nos centros urbanos. Estes impactos são caracterizados pela existência de um forte dualismo no crescimento de bairros formalmente planeados, paralelamente aos bairros espontâneos. À medida que o país foi apresentando condições de desenvolvimento, aumentaram também as desigualdades sociais. Neste sentido, os centros urbanos em Cabo Verde, da mesma forma, têm acentuado a simbologia do lugar numa relação entre a posição social e a distribuição dos espaços geográficos (Bourdieu, 2006: 124). Com efeito, denota-se uma relativa desarticulação em termos das estruturas urbanas e redistribuição desequilibrada dos bens e acessos (*idem*:124-125).

Embora com a introdução do PDM complementado com os planos detalhados que procuram intervir nas zonas de crescimento espontâneo de modo a consolidá-los, recentemente presencia-se um significativo aumento de problemas ligados a esta forma de ocupação. Estes problemas, eventualmente, são justificáveis pela crescente demanda da habitação, fenómenos de migração e paralelo enfraquecimento da administração local no acompanhamento do processo de expansão espontânea (ecdg,2007).

Neste âmbito, o realojamento social constitui-se uma alternativa para diminuir a imagem de “ruínas” que esses assentamentos representam para a cidade, dentro de uma lógica de ordenamento do espaço. A cidade desordenada, as populações mal alojadas emergem no discurso oficial, e com isto, a intenção de alojar os habitantes vai dando lugar à generalização de uma resposta habitacional pública.

Numa altura em que os problemas ligados à coexistência de populações que se concentram nos arredores das cidades se agudizam e exigem medidas rápidas e eficazes, a necessidade de reflexão perante as políticas de intervenção imediata na habitação ganha uma renovada importância uma vez que terão sempre impactos no contexto das

populações e na sua relação com a cidade. A reflexão face ao impacto do projecto sobre o território e sobre os seus residentes significa que as estratégias de intervenção implicam a sua abrangência de benefícios directos ao nível dos planos traçados, como a sua repercussão a longo prazo. Uma vez que a sociedade se encontra em constante mutação, torna-se relevante a adaptação do projecto a esse fenómeno (Portas, Nuno, 2008: 80). Isto significa que a organização do espaço deverá ser capaz de se transformar consoante as contínuas aspirações e necessidades dos utentes, tal como se observa nos processos de autoconstrução de habitação.

Partindo deste pressuposto, poder-se-ia considerar então a possibilidade dos moradores em participar activamente no seu espaço, mesmo que seja sob um processo de autoconstrução assistida. Importa recordar que as habitações de realojamento estão sob o domínio estatal e que por isso, os moradores, principalmente aqueles que dispõem de menos recursos económicos, estão condicionados a permanecer nessas moradias, sob o pagamento de uma renda mensal que poderá perdurar por um longo período de tempo. Daí surge a pertinência de se pensar em projectos capazes de gerir mudanças de contextos sociais, possibilitando ao utilizador, por exemplo, aumentar o espaço habitacional em função do agregado familiar, ou a exploração de um negócio próprio.

Por outro lado, a questão da mobilidade, revelou-se ao longo desta pesquisa, ser um dos problemas que induzem a clivagens urbanísticas, impedindo uma melhor inserção dessas áreas residenciais com a sua envolvente e com o centro da cidade. Uma vez que grande parte das vias existentes resultou de uma evolução orgânica da cidade, surgem, posteriormente, vários pontos de conflito em termos de mobilidade e da própria comunicação entre os bairros, e estes com o centro. Esta condição torna os espaços suburbanos dependentes de uma centralidade excessiva em torno do seu núcleo principal, pela concentração dos serviços e funções (Borges, 2007: 55).

Deste modo, a reabilitação dos subúrbios constitui uma tarefa necessária para a promoção de uma maior integração desses bairros no palco urbano que pode ser traduzido aqui pela introdução de estratégias que requalifiquem esses espaços privilegiando a presença pública e as redes sociais. Ao fim ao cabo, é do estatuto de cidade que se trata, eliminando a situação efectivamente subalterna desses subúrbios,

para lhes auferir, de modo permanente, uma plena condição urbana (Baptista, Luís V., 1999: 213). Assim, o enquadramento estratégico dos programas de realojamento social significa não só uma abordagem operativa no contexto da habitação, como no da cidade.

Segundo Reis Cabrita “ a satisfação da qualidade reside na melhor adequação entre as necessidades e aspirações manifestadas na procura individual e social da qualidade habitacional e a oferta que os meios técnicos e instrumentais da sociedade são capazes de oferecer” (Reis Cabrita, 1995: 3). Com esta ideia pretende-se demonstrar que se a atribuição de casas se apresenta como um elemento importante para a promoção habitacional destas populações, ela não é suficiente, numa estratégia global, de melhoria da sua qualidade de vida e promoção pessoal e social (Freitas, 1994: 34). Pode-se falar então da orientação do projecto em função da relação directa entre o programa habitacional e a estrutura urbana na qual se inscreve, passando de uma acção limitada à habitação e aos bairros, à uma estratégia de desenvolvimento social e urbano (Canotilho, 2008: 56; Guerra, Isabel, 1994: 15). Neste caso, o “direito à habitação” e o “direito à cidade”, em certa medida, passam por uma redescoberta das exigências desses dois parâmetros, mas também pela reivindicação de uma renovada qualidade habitacional e urbana, de novas formas de se pensar e construir habitação... e cidade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMS, Charles – **Habitação, desenvolvimento e urbanização**. Rio de Janeiro : Edições Cruzeiro, 1967. 368 p.

AFROSONDAGEM – **Estudo da problemática da habitação em Cabo Verde: relatório final**. Praia : [s. n.], 2006. 48 p.

BANDEIRINHA, José António – **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. 448 p. ISBN 9789728704766.

BAPTISTA, Luís V. – **Cidade e habitação social**. Oeiras : Celta Editora, 1999. 224 p. ISBN 9727740448.

BARBOSA, Carlos Elias – **Vozes e olhares de fronteira: os filhos de imigrantes cabo-verdianos nos Bairros Alto da Cova da Moura e 6 de Maio**. Coimbra : Faculdade de Economia, 2006. 146 p. Dissertação de Mestrado.

BORGES, Carlos António – **Do Platô à cidade : evolução da forma urbana da cidade da Praia, Cabo Verde**. . Coimbra : [s. n.], 2007. 61 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

BORDIEU, Pierre – The space and its transformations. In Distincion: a social critique of the judgement of taste. New York : Routledge, 2006. ISBN 0415045460. p. 97-168.

CABRITA, A.M. Reis - **O homem e a casa : definição individual e social da qualidade da habitação**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1995. 181 p. ISBN 9724916316.

CANOTILHO, Pedro – **Habit: Arquitectura e a problemática da habitação**. Coimbra : [s. n.], 2008. 126 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CRUZ, Antero Ulisses Rodrigues – **3 tempos, 3 portos, 3 portas, 1 "mar urbano"**. Coimbra : [s. n.], 2001. 103 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

“ECDJ: em cima do joelho”. Coimbra. 2007, vol. 10. ISSN 0874-6168.

FREITAS, Maria João – Os Paradoxos do Realojamento. Sociedade e Território. Porto. ISSN 0873-6308. 20 (1994) 26-34.

GASPAR, Jorge – Aspectos da urbanização ilegal nos países mediterrâneos da O.C.D.E. In RODRIGUES, C. Macedo [et al.], org. - Clandestinos em Portugal. Lisboa : Livros Horizonte, 1989. ISBN 9722407244 82-91.

GUERRA, Isabel – As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. Sociedade e Território. Porto. ISSN 0873-6308. 20 (1994) 11-16.

GUIMARÃES, Joana dos Santos – **Habitação popular urbana em economias periféricas: autoconstrução assistida, uma possibilidade para Cabo Verde**. Coimbra : [s. n.], 1998. 178 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

HENRIQUES, Cristina Delgado – Problemas e oportunidades da habitação na África do Sul do Sara: a perspectiva de A. Graham Tipple e o caso de Cabo Verde. Garcia de Orta, Ser. Geogr. Lisboa. ISSN 0379-9514. 16:1/2 (1998) 81-87.

MALHEIROS, Jorge; Mendes, Manuela, coord. – **Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa**. Lisboa : ACIME, 2007. 306 p. ISBN 9789898000293.

MILLER, John – **Sector de habitação em Cabo Verde: estudo e estratégias**. Praia : Ministério de Administração Local e Urbanismo, 1986. 60 p. Acessível na Biblioteca do Governo de Cabo Verde.

MOVIMENTO ÁFRICA '70-ONG DE COOPERAÇÃO – **Melhoramento das condições de vida nos bairros espontâneos da cidade da Praia**. Praia : Edição Alfa-Comunicações, 2005. 113 p.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território – **Plano nacional de habitação para Cabo Verde: documento preparatório**. Lisboa : I&D Edifícios, 1996. 68 p. Acessível na Câmara Municipal de São Vicente.

MORAIS, Manuela Lopes – **Planeamento territorial nas periferias urbanas: estudo do caso da cidade do Mindelo, São Vicente, 1975 – 2003**. Porto : Faculdade de Economia, 2003. 238 p. Dissertação de Mestrado.

PINTO, Teresa Costa – A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. Sociedade e Território. Porto. ISSN 0873-6308. 20 (1994) 36-54.

PORTAS, Nuno – **A Habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura**. Porto: FAUP Publicações, 2004. ISBN 9729483639. vol. 2.

PORTAS, Nuno – **Os tempos das formas**. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. ISBN 9729982201. vol. 1.

PORTAS, Nuno – **Arquitectura para hoje**. 2ªed. Lisboa : São Paulo : Livros e Horizonte, 2008. 238 p. ISBN 9789722415668.

REPÚBLICA DE CABO VERDE – **Projecto de habitações sociais**. Praia : [s. n.], 2007. 38 p.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. Ministério da Economia e Finanças. Fundo de Desenvolvimento Nacional – **Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo**. Praia : Fundo de Desenvolvimento Nacional do Ministério da Economia e Finanças, 1984. 188 p.

RODRIGUES, C. Macedo – Imperfeições ou dualismo no mercado de habitação? Urbanização clandestina e reprodução da força de trabalho em Portugal. Sociedade e Território. Porto. ISSN 0873-6308. 1 (1984) 38-45.

RODRIGUES, Sandra Elisa da Silva Galina – **De Dom Rodrigo a Mindelo : ensaio sobre a fundação de uma cidade**. Coimbra : [s. n.], 2004. 102 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

ROSA, Maria Teresa Tavares da – **Mindelo: acidentes e incidentes arquitectónicos**. Coimbra : [s. n.], 1999. 99 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO URBANA DO MINDELO, 1, Cabo Verde, 2006 – **Seminário internacional de reabilitação urbana do Mindelo, Cabo Verde: Oficina e curso de reabilitação e desenho urbano, ciclo de conferências**. [Coimbra : CEARQ], 2006. 45 p.

SERRA, Nuno – **Estado, território e estratégias de habitação**. Coimbra : Quarteto Editora, 2002. 292 p. ISBN 972817318.

SOARES, Luís Bruno – Urbanização clandestina e política urbana. Sociedade e Território. Porto. ISSN 0873-6308. 1 (1984) 18-28.

TRINDADE, Augusto – **O Fenómeno Urbano na África Subsariana: o caso de Luanda**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000. 488 p. ISBN 9729229783.

TURNER, John – **Housing by people: towards autonomy in building environments**. 2nd ed. London; New York : Marino Boyars, 1991. 162 p. ISBN 0714525693.

Sites:

Cabo Verde – Wikipédia – [Em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: [www. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_verde)>

Câmara Municipal de São Vicente [em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cmsv.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26&limit=1&limitstart=1>

City Population [Em linha]. [consult. 12 de Ago. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.citypopulation.de/CapeVerde.html>>

Expresso das Ilhas [Em linha]. 10 Jan. 2009. [consult. 21 de Jul. 2009]. Disponível em WWW: <URL: www.expressodasilhas.sapo.cv/noticias/detail/id/6934>

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde [Em linha]. [consult. 12 de Ago. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: www.ine.cv>

PIRES, Maria de Jesus Flaviana – O fenómeno urbano em Cabo Verde: uma aproximação sociológica aos bairros de "habitat espontâneo" da Praia. [Em linha]. [consult. 29 de Jul. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20maria%20jesus%20pires.htm>>

SIRUM – [Em linha]. [consult. 01 de Jul. de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <https://webonc.darq.uc.pt/weboncampus/getFile.do?tipo=1&id=168>>

ANEXOS

Questionário sobre as habitações de realojamento na zona da Tchetchénia:

Nota: Relembro que os entrevistados não serão identificados

1. A área onde foram construídas as habitações de realojamento possui um nome oficial? Se sim, qual é?
2. Qual é o nome atribuído ao bairro onde se situam os blocos de habitação?
3. Em que datas foi inaugurado cada um dos blocos de habitação?
4. Quanto tempo demorou a construção de todos os blocos de habitação?
5. Durante o processo de realojamento houve contactos com os moradores de modo a dar-lhes a conhecer as actividades previstas para o projecto das habitações?
6. Foram criadas condições para uma participação efectiva e activa dos moradores (falar das suas necessidades, por exemplo) durante o processo de realojamento?
7. Houve exigências feitas pelos moradores durante o processo de realojamento?
8. Os habitantes dessas moradias moravam aonde antes de serem realojados?
9. Qual é o número até agora de pessoas realojadas nessas moradias?
10. As famílias realojadas são, em média, constituídas por quantos elementos por habitação?
11. Existe um limite exigido pela Câmara de um período para morar nessas habitações?
12. Se existe esse limite, quantos anos dura esse período e o que deve fazer um morador se quiser sair antes dessa data?
13. Como funciona o pagamento das rendas pelos habitantes?
14. A renda inclui água, luz e gás, ou essas três despesas são pagas à parte?
15. Qual é o valor das rendas pagas pelos habitantes?
16. Existem casos de moradores com problemas no cumprimento do pagamento das rendas?
17. Já houve casos de despejo de famílias pelo não cumprimento das exigências impostas, nomeadamente do pagamento das rendas?
18. Existem outras condições exigidas pela Câmara para os moradores? Se sim, quais são? (Não tem que ser todas)
19. Durante a elaboração do projecto de realojamento foram criadas equipamentos públicos (escola, jardim de infância, espaços de lazer, paragens de autocarros, etc) que servissem de apoio a essa área de intervenção?

20. Se não, existem esses equipamentos, ou pelo menos alguns deles, na proximidade da área de intervenção? Se sim, quais são?
21. A rede de transporte público (autocarros) passa nessa zona, ou na proximidade dela?
22. Foram pensadas em novas redes viárias que ligassem essa área de intervenção com a envolvente e com o resto da cidade?
23. Existem programas de manutenção das habitações de modo a evitar a sua deterioração? Se sim, como funciona a manutenção?
24. As habitações encontram-se em bom estado de conservação interior e exterior?
25. Existem casos de vandalismo nessas habitações?
26. Existem casos de queixas feitas pelos moradores em relação às habitações e à área de residência? Se sim, quais são as queixas (as que se lembrar, se for o caso).
27. Existem casos de apropriações dos espaços de residência para outros fins (exemplo, criação de animais, horta, etc)

Muito obrigado pela sua colaboração!

Entrevistado n.º 1 – Informante da Câmara Municipal (não identificado).

- 1- O projecto foi feito pelos Arquitectos da Câmara.
- 2- Sim. O projecto foi elaborado tendo em conta as necessidades das famílias e também o custo da sua execução.
- 3- Em geral, as Habitações Sociais são construídas com verbas da própria Câmara, ou com financiamento de outras instituições, a quem submetemos os projectos à procura de parceiros. Temos tido com parceiro algumas Câmaras Portuguesas por exemplo, Câmara de Oeiras e alguns países como a França, a Alemanha num programa (GTZ), e outros. Neste caso concreto, a obra foi financiada pela Câmara e penso GTZ Alemanha.
- 4- As habitações Sociais foram construídas na zona de Ribeirinha, e os moradores são famílias que viviam em bairros de lata na zona de Ribeira Bote/ Ilha de Madeira. As barracas de lata foram retiradas deste sítio, para que a zona fosse urbanizada correctamente com vias bem definidas.
- 5- Era preciso ter tempo, para fazer um inventário, mas posso adiantar-te o seguinte:

Ribeirinha	25 Governo / Câmara S. Vicente 30 Câmara / Financiamento Exterior
Bela Vista	48 Câmara / Câmara de Oeiras
Horta Seca	12 Câmara 2008 12 Câmara / Governo
Ribeira de Craquinha	24 Câmara / Financiamento Exterior 18 Câmara 2009
Salamansa	06 Câmara
Chã de Alecrim	25 Câmara / Governo
Atrás de cemitério	50 Câmara / Governo
Campim	12 Câmara 2009

- 7- O processo de realojamento é feito pelo serviço Social existente cá na Câmara com o devido acompanhamento.

- 9- Aqui não se fala bem em realojamento. Trata-se mais de cedências de casas com melhores condições para as pessoas viverem, são poucos os casos considerados de realojamento
- 10- Em geral são pessoas que vivem em casas de latas nos diversos bairros de S. Vicente. Um dos casos de realojamento, foram o de famílias que ocuparam clandestinamente algumas ruínas de edifícios militares em Monte Sossego e neste caso o Governo junto com a Câmara construíram umas habitações para este fim em Horta Seca, de modo a demolir estas ruínas.
- 12- O processo de selecção das famílias é noutra sector de momento teria que pedir estes dados.
- 13 e 14- Algumas casas são cedidas pelo processo de renda resolúvel, outras por renda simplesmente, variando de valores consoante a possibilidade financeira dos inquilinos e o tipo de habitação social, porque os projectos de arquitectura não são todos iguais. Algumas casas até foram vendidas
- 16- As casas são cedidas já ligadas á rede de esgoto, e com ramalho de água e luz, cada família terá simplesmente de fazer os contratos com a ELECTRA para fornecimento de água e luz. O pagamento é feito a esta instituição conforme o gasto mensal de cada um.
- 17- Varia imenso, do tipo de habitação social, porque temos projectos diferentes. Varia de 500,00 a 6.000,00 (renda resolúvel).
- 18- Sempre. Como é a Câmara muitas vezes não pagam a renda
- 19- despejo não propriamente, arranjam sempre uma forma de ultrapassar.
- 21- Os bairros sociais têm sido construídos em zonas com as mínimas infra-estruturas existentes.
- 22- Nos não criamos uma zona nova para localização destas habitações, em geral vamos ao plano detalhado de uma determinada zona, num grupo de lotes para habitação construímos o bloco habitacional, ou seja no plano já existe bem definido todo o equipamento social previsto, podem é estar ou não construídos, assim como as vias, a rede de água e esgotos, a rede eléctrica, etc.
- 25- As habitações são feitas em blocos maciços, com pilares, vigas e lajes em betão armado, as casas de banho e cozinhas são revestidas com mosaico nos pavimentos e azulejos nas paredes, as portas e janelas são em madeira, as exteriores maciças e interiores em bom sucesso.

- 26- As manutenções são feitas pela Câmara, nas arrendadas e algumas vezes pelos próprios moradores. Anualmente inscrevemos uma verba no orçamento para este fim.
- 27- Algumas. Dependem das famílias que aí residem.
- 28- Não.
- 29- Não.

Entrevistado n.º 2 – Morador 1

- 1- Sim. Ribeirinha Chã de Faneco.
- 2- Tchetchénia.
- 3- O 1º bloco foi inaugurado a 05/07/1995. O 2º bloco foi inaugurado a 05/07/1996.
- 4- Não sei o tempo certo.
- 5- Sim.
- 6- Não.
- 7- Sim.
- 8- A maioria morava na Ribeira Bote.
- 9- 141 pessoas.
- 10- São constituídas em média por cinco elementos.
- 11- Não existe limite.
- 12- Os moradores têm que pagar a renda até um certo tempo, depois eles adquirem a casa.
- 13- Os habitantes pagam as rendas na Câmara Municipal.
- 14- Não. As despesas são pagas à parte.
- 15- O valor é de 1000\$00.
- 16- Sim.
- 17- Sim. Houve dois despejos.
- 18- Sim. As casas não podem servir de estabelecimento comercial.
- 19- Sim.
- 20- Sim. Paragens de autocarros.
- 21- Sim, passa na zona.
- 22- Sim.
- 23- Não.
- 24- No exterior estão em bons estado, mas no interior encontram-se em mau estado.
- 25- Sim.
- 26- Sim.
- 27- Não.

Entrevistado n.º 3 – Morador 2

- 1- Ribeirinha. Área Branca.
- 2- Bairro de Chã de Faneco.
- 3- 1º bairro, dia 5 de Julho de 1995. 2º bairro, dia 5 de Julho de 1996.
- 4- Não sei, porque foi de surpresa.
- 5- Não houve nenhuma actividade previamente programada. Só na altura da entrega das chaves ao chefe de família acompanhada de uma flor.
- 6- Não.
- 7- Não.
- 8- Casa Nova, Ribeira Bote; Fonte Francês; Monte Sossego.
- 9- 141 pessoas.
- 10- 5,9.
- 11- Doze anos, 12.000\$00 [por ano], totalizando 144.000\$00.
- 12- Quem sair antes desse tempo fica de perda.
- 13- A renda é paga na Câmara Municipal.
- 14- Essas despesas são pagas à parte.
- 15- 1000\$00 Mensal.
- 16- Sim.
- 17- Sim.
- 18- Não pagamento das rendas implica despejo.
- 19- Só paragem de autocarro, placa desportiva, praças e escolas.
- 20- Só jardim.
- 21- Sim.
- 22- Sim.
- 23- Não.
- 24- Não.
- 25- Sim.
- 26- Existe casos.
- 27- Não.

Entrevistado n.º 4 – Morador 3

- 1- Sim. Ribeirinha, Chã de Faneco.
- 2- Tchetchénia.
- 3- 1º bairro, dia 5 de Julho de 1995; 2º bairro, dia 5 de Julho de 1996.
- 4- ...
- 5- Não.
- 6- Não.
- 7- Não.
- 8- Fonte Francês; Casa Nova, Ribeira Bote.
- 9- 148 pessoas.
- 10- 5,9.
- 11- Não. 12 anos, 12.000\$00, totalizando 144.000\$00
- 12- Quem sair antes desse tempo fica de perda.
- 13- A renda é paga na Câmara Municipal mensalmente.
- 14- São pagas à parte.
- 15- 1000\$00 mensal.
- 16- Sim.
- 17- Sim.
- 18- Não pagamento das rendas implica despejo.
- 19- Não.
- 20- Sim. Existe alguns exemplos: Escola, paragem de autocarro.
- 21- Passa nessa zona.
- 22- Não.
- 23- Não.
- 24- Não.
- 25- Sim, exemplo: pichar as paredes.
- 26- Há casos.
- 27- Não.